
COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Análise de resultados

CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre, o aumento no lucro líquido foi de R\$6.145 quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$1.407.996 em 2022 e R\$1.401.850 em 2021), principalmente pela redução em despesas com imposto de renda e contribuição social em R\$38.217; parcialmente compensado pelos decréscimos em: (i) resultados das participações societárias R\$24.483 e (ii) resultado financeiro líquido R\$5.149.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

	Consolidado					
	3º Trimestre			9 meses		
	2022	2021	Variação	2022	2021	Variação
Receita operacional bruta	13.244.653	15.666.290	-15,5%	40.621.683	40.853.502	-0,6%
Fornecimento de energia elétrica (*)	7.074.422	8.962.641	-21,1%	26.007.634	25.410.358	2,4%
Suprimento de energia elétrica (*)	1.457.193	1.918.207	-24,0%	3.566.136	4.434.541	-19,6%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	1.559.174	797.838	95,4%	3.868.035	2.164.696	78,7%
Outras receitas operacionais (*)	2.321.905	2.117.804	9,6%	7.608.142	6.030.733	26,2%
Ativo e passivo financeiro setorial	831.960	1.869.802	-55,5%	(428.265)	2.813.173	-115,2%
Deduções da receita operacional	(3.238.733)	(4.476.406)	-27,6%	(12.003.989)	(12.562.686)	-4,4%
Receita operacional líquida	10.005.921	11.189.884	-10,6%	28.617.694	28.290.816	1,2%
Custo com energia elétrica	(4.613.291)	(6.912.400)	-33,3%	(13.467.331)	(17.077.830)	-21,1%
Energia comprada para revenda	(3.557.562)	(5.927.586)	-40,0%	(10.262.906)	(13.809.515)	-25,7%
Encargo de uso do sist transmissão distribuição	(1.055.729)	(984.814)	7,2%	(3.204.425)	(3.268.315)	-2,0%
Custos e despesas operacionais	(3.085.881)	(2.322.413)	32,9%	(8.539.417)	(6.274.336)	36,1%
Pessoal	(500.216)	(397.448)	25,9%	(1.488.217)	(1.144.776)	30,0%
Entidade de previdência privada	16.692	(56.723)	-129,4%	(145.013)	(170.217)	-14,8%
Material	(134.730)	(92.713)	45,3%	(366.314)	(248.462)	47,4%
Serviço de terceiros	(177.230)	(155.492)	14,0%	(484.285)	(461.737)	4,9%
Depreciação/amortização	(441.988)	(362.879)	21,8%	(1.223.430)	(1.073.694)	13,9%
Amortização de intangível de concessão	(75.227)	(71.656)	5,0%	(238.166)	(215.354)	10,6%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(1.558.801)	(939.973)	65,8%	(3.863.250)	(2.299.976)	68,0%
Outros	(214.382)	(245.530)	-12,7%	(730.741)	(660.120)	10,7%
Resultado do serviço	2.306.749	1.955.071	18,0%	6.610.946	4.938.650	33,9%
Resultado financeiro	(479.688)	(189.407)	153,3%	(1.560.341)	(319.708)	388,1%
Receitas financeiras	566.868	251.939	125,0%	1.703.499	800.803	112,7%
Despesas financeiras	(1.046.556)	(441.346)	137,1%	(3.263.840)	(1.120.511)	191,3%
Equivalência patrimonial	142.523	206.090	-30,8%	384.783	387.405	-0,7%
Resultado antes dos tributos	1.969.584	1.971.754	-0,1%	5.435.388	5.006.347	8,6%
Contribuição social	(148.751)	(144.987)	2,6%	(428.577)	(401.377)	6,8%
Imposto de renda	(401.622)	(390.971)	2,7%	(1.163.041)	(1.081.884)	7,5%
Resultado Líquido do Período	1.419.211	1.435.797	-1,2%	3.843.770	3.523.087	9,1%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.407.996	1.401.850	0,4%	3.762.584	3.455.962	8,9%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	11.215	33.947	-67,0%	81.186	67.124	20,9%
EBITDA	2.966.632	2.595.840	14,3%	8.457.760	6.615.538	27,8%

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA				
Lucro Líquido	1.419.211	1.435.797	3.843.770	3.523.087
Depreciação e amortização	517.215	434.534	1.461.596	1.289.048
Amortização da mais valia de ativos	145	145	435	435
Resultado Financeiro	479.688	189.407	1.560.341	319.708
Contribuição social	148.751	144.987	428.577	401.377
Imposto de renda	401.622	390.971	1.163.041	1.081.884
EBITDA	2.966.632	2.595.840	8.457.760	6.615.538

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta no 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 13.244.653, representando redução de 15,5% (R\$ 2.421.637) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Redução de 21,1% (R\$ 1.888.219) no fornecimento de energia elétrica, decorrente dos decréscimos em (i) 13,9% nas tarifas médias (R\$ 1.142.837) principalmente efeito da alteração de alíquota e base de cálculo do ICMS e (ii) 8,3% no volume de energia vendida (R\$ 745.382);
- Redução de 55,5% (R\$ 1.037.842) em ativo e passivo financeiro setorial, em função do decréscimo na constituição de ativos no 3º trimestre de 2022 (R\$ 1.154.630); parcialmente compensado pelo aumento na realização de ativos no 3º trimestre de 2022 (R\$ 116.788);
- Redução de 24,0% (R\$ 461.014) no suprimento de energia elétrica, principalmente na venda de energia de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica “CCEE” de R\$ 511.872, devido a redução das tarifas médias de 87,9% (R\$ 1.506.386) principalmente pela queda do preço de liquidação das diferenças - PLD; parcialmente compensado pelo aumento na quantidade vendida de 138,2% (R\$ 994.514);
- Aumento de 95,4% (R\$ 761.337) na receita de construção de infraestrutura da concessão; e
- Aumento de 9,6% (R\$ 204.100) em outras receitas operacionais, principalmente por: (i) receita de transmissão em função da aquisição da CPFL Transmissão (R\$ 397.411), (ii) R\$ 70.495 em subvenções de baixa renda, (iii) R\$ 45.039 em arrendamentos e aluguéis e (iv) R\$ 25.384 em vendas de outros produtos e serviços; parcialmente compensado pela redução de R\$ 338.425 em atualização do ativo financeiro da concessão, devido a redução do IPCA.

➤ Quantidade de energia vendida

No 3º trimestre de 2022, a quantidade de energia faturada dos consumidores cativos no período, incluindo permissionárias, registrou queda de -5,6% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior.

O consumo da classe residencial representa 51,1% do total do mercado cativo fornecido pela distribuidora e registrou queda de -2,3% no 3º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete principalmente o efeito de calendário, das temperaturas mais baixas registradas e da expansão da geração distribuída neste período, quando comparado ao mesmo período do ano de 2021. Além disso, reflete o relaxamento das medidas restritivas no combate à pandemia, garantindo dessa forma a maior circulação de pessoas e, por consequência, o menor tempo de permanência nas residências.

A classe comercial, representada por 17,4% do total do mercado cativo fornecido pela distribuidora, registrou queda de -0,1% no 3º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Parte desse resultado deve-se à reclassificação de consumidores da classe rural e serviço público para a classe comercial, a qual foi incorporada pela REN 1000/2021 da ANEEL, compensado pelo aumento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída.

A classe industrial, representada por 10,8% do total do mercado cativo fornecido pela distribuidora, registrou queda de -5,6% no 3º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete a migração dos clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 20,6% do total do mercado cativo fornecido pela distribuidora. Estas classes registraram queda de -16,7% no 3º trimestre de 2022 se comparado ao mesmo período do ano anterior, devido aos efeitos de geração distribuída, migrações de permissionárias e reclassificação de consumidores das classes rural e serviço público para a classe comercial, sendo esta última incorporada pela REN 1000/2021 da ANEEL.

No que tange à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, relacionada tanto ao fornecimento faturado (mercado cativo) quanto à cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -0,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Por classe, houve variação de -2,3% no residencial, +5,1% no comercial, +3,3% no industrial e -14,5% nas demais classes de consumo.

➤ **Tarifas**

No 3º trimestre de 2022, as tarifas de fornecimento de energia praticadas pelas controladas de distribuição são como segue:

Distribuidora	Mês	2022		2021	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	12,77%	14,97%	17,62%	8,95%
CPFL Piratininga	Outubro	21,07%	14,72%	14,78%	12,40%
RGE	Junho	8,72%	10,98%	15,23%	9,95%
CPFL Santa Cruz	Março	7,82%	8,83%	17,19%	9,95%

(a) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior;

Em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias (“REH”) N 3.058 e 3059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu as tarifas, sendo o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 2,44% e 2,32%, para CPFL Paulista e CPFL Santa Cruz, respectivamente.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 3º trimestre de 2022 foram de R\$ 3.238.733, apresentando redução de 27,6% (R\$ 1.237.674) em relação ao mesmo trimestre de 2021, o qual ocorreu principalmente em função de:

- Redução de 48,9% (R\$ 1.569.797) em ICMS/PIS/COFINS sobre venda de energia e serviços;
- Redução de 100,0% (R\$ 225.047) em Bandeiras Tarifárias;
- Aumento de 60,6% (R\$ 533.794) na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE; e
- Aumento de 64,0% (R\$ 33.789) em PROINFA.

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica neste trimestre totalizou R\$ 4.613.291, representando redução de 33,3% (R\$ 2.299.109) em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente justificada por:

- Redução de 40,0% (R\$ 2.370.024) em energia elétrica comprada para revenda, justificado pelo decréscimo de: (i) 41,6% (R\$ 2.534.770) no preço médio principalmente pela queda do preço de liquidação das diferenças - PLD; parcialmente compensado pelo aumento em (ii) 2,8% (R\$ 164.746) na quantidade de energia comprada; e
- Aumento de 7,2% (R\$ 70.915) nos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição, devido principalmente pelos acréscimos em: (i) encargos de energia reserva (R\$ 160.734) e (ii) encargos da rede básica (R\$ 213.332); parcialmente compensado pelos decréscimos em (iii) encargos de serviço do sistema – ESS (R\$ 272.667) e (iv) encargos de conexão (R\$ 41.243).

Custos e despesas operacionais

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão, os custos e despesas operacionais neste trimestre foram de R\$ 1.527.080, aumento de 10,5% (R\$ 144.640) quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se principalmente a:

- **Pessoal:** aumento de 25,9% (R\$ 102.767), explicado principalmente por (i) aumentos salariais em acordos coletivos e (ii) aquisição da CPFL Transmissão R\$ 25.772;

- **Entidade de previdência privada:** redução de 129,4% (R\$ 73.415), decorrente principalmente do saldamento do plano PSAP da controlada CPFL Piratininga;
- **Materiais:** aumento de 45,3% (R\$ 42.017), basicamente, por acréscimo relacionado a reposição, conservação e manutenção de linhas e redes, edificações, máquinas e equipamentos;
- **Serviços de terceiros:** aumento de 14,0% (R\$ 21.738), basicamente devido a da aquisição da CPFL Transmissão (R\$ 18.148);
- **Outras despesas:** redução de 12,7% (R\$ 31.148), principalmente por R\$ 42.829 em provisões para créditos de liquidação duvidosa; parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 11.681 em despesas com seguros, legais, judiciais, indenizações, propaganda, patrocínios, publicidade e outras.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou despesa líquida de R\$ 479.688, comparada a R\$ 189.407 no mesmo período de 2021, representando aumento de R\$ 290.281. Esta variação é decorrente basicamente de:

- Aumento nas receitas financeiras de 125,0% (R\$ 314.929), decorrente principalmente dos acréscimos de (i) atualização de créditos fiscais e depósitos judiciais R\$ 116.702, (ii) rendimentos de aplicações financeiras R\$ 98.550 e (iii) atualizações de ativo financeiro setorial R\$ 76.115; e
- Aumento nas despesas financeiras de 137,1% (R\$ 605.210), principalmente em função dos acréscimos de: (i) atualizações monetárias e cambiais, liquidas de derivativos R\$ 187.530, (ii) encargos de dívidas R\$ 220.750, (iii) juros sobre contratos de mútuos R\$ 58.149 e (iv) atualização de tributos e outras despesas financeiras R\$ 127.758.

Equivalência Patrimonial

A redução de 30,8% (R\$ 63.568) na equivalência patrimonial do consolidado, refere-se ao resultado das participações societárias em empreendimentos controlados em conjunto, conforme abaixo:

	<u>3° Trimestre 2022</u>	<u>3° Trimestre 2021</u>
Epasa	18.280	22.037
Baesa	(475)	2.080
Enercan	62.470	65.699
Chapecoense	62.597	116.419
Investimentos CPFL Transmissão	(204)	-
Amortização da mais valia de ativos	(145)	(145)
Total	<u>142.523</u>	<u>206.090</u>

Contribuição Social e Imposto de Renda

As despesas com tributos sobre o resultado no 3° trimestre de 2022 foram de R\$ 550.373 e apresentaram um aumento de 2,7% (R\$ 14.416) em relação à registrada no mesmo trimestre de 2021.

Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R\$ 1.419.211, sendo 1,2% (R\$ 16.586) menor que o mesmo período de 2021.

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) para o 3° trimestre de 2022 foi de R\$ 2.966.632, sendo 14,3% (R\$ 370.792) maior que o apurado no mesmo período de 2021.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DAS CONTROLADAS/COLIGADAS

Controlada/Coligada: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de setembro de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Geração de Energia S.A.

A controlada CPFL Geração de Energia S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Transmissão S.A.

A controlada CPFL Transmissão S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: CPFL Energias Renováveis S.A.

A controlada CPFL Energias Renováveis S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: Companhia Piratininga de Força e Luz

A controlada Companhia Piratininga de Força e Luz é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 30 de setembro de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Controlada/Coligada: RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

A controlada RGE Sul Distribuidora de Energia S.A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 30 de setembro de 2022, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Empresa: CPFL Comercialização Brasil S.A.

	Consolidado					
	3º Trimestre			9 meses		
	2022	2021	Variação	2022	2021	Variação
Receita operacional bruta	1.185.522	736.309	61,0%	3.193.691	2.065.024	54,7%
Fornecimento de energia elétrica	404.024	497.234	-18,7%	1.161.589	1.450.143	-19,9%
Suprimento de energia elétrica	351.302	238.688	47,2%	843.430	614.411	37,3%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	32.716	-	100,0%	116.844	-	100,0%
Outras receitas operacionais	397.480	386	102823,5%	1.071.828	470	227781,4%
Deduções da receita operacional	(181.224)	(86.177)	110,3%	(481.696)	(204.927)	135,1%
Receita operacional líquida	1.004.298	650.132	54,5%	2.711.995	1.860.097	45,8%
Custo com energia elétrica	(650.132)	(708.783)	-8,3%	(1.764.016)	(1.847.060)	-4,5%
Energia comprada para revenda	(650.200)	(708.145)	-8,2%	(1.761.920)	(1.844.990)	-4,5%
Encargo de uso do sist transm distrib	68	(639)	-110,7%	(2.096)	(2.070)	1,3%
Custos e despesas operacionais	(135.795)	(19.147)	609,2%	(518.071)	(43.610)	1088,0%
Pessoal	(33.384)	(7.426)	349,6%	(191.452)	(22.355)	756,4%
Entidade de previdência privada	(14.637)	-	100,0%	(43.832)	-	100,0%
Material	(1.400)	(81)	1625,8%	(3.936)	(136)	2802,0%
Serviço de terceiros	(23.228)	(10.778)	115,5%	(61.676)	(17.038)	262,0%
Depreciação/amortização	(27.709)	(1.027)	2597,9%	(35.205)	(2.977)	1082,4%
Amortização de intangível de concessão	(3.508)	-	100,0%	(23.067)	-	100,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(36.626)	-	100,0%	(124.661)	-	100,0%
Outros	4.695	165	2747,5%	(34.243)	(1.103)	3005,8%
Resultado do serviço	218.371	(77.798)	-380,7%	429.908	(30.572)	-1506,2%
Resultado financeiro	(58.400)	(36)	161527,7%	(155.505)	63.278	-345,7%
Receitas financeiras	21.848	11.994	82,2%	190.354	89.787	112,0%
Despesas financeiras	(80.249)	(12.030)	567,1%	(345.859)	(26.509)	1204,7%
Equivalência patrimonial	19.198	29.662	-35,3%	82.867	74.913	10,6%
Resultado antes dos tributos	179.169	(48.172)	-471,9%	357.270	107.619	232,0%
Contribuição social	(21.525)	6.129	-451,2%	(24.460)	(4.133)	491,9%
Imposto de renda	(59.643)	16.877	-453,4%	(68.125)	(11.594)	487,6%
Resultado Líquido do Período	98.001	(25.167)	-489,4%	264.685	91.893	188,0%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	96.896	(25.167)	-485,0%	216.318	91.893	135,4%
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores	1.105	0	8321057,5%	48.366	0	630592604,4%
EBITDA	269.638	(46.103)	-684,9%	573.905	49.542	1058,4%
Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA						
Lucro Líquido	98.001	(25.167)		264.685	91.893	
Depreciação e amortização	31.216	1.027		58.271	2.977	
Amortização da mais valia de ativos	853	1.006		2.859	2.223	
Resultado Financeiro	58.400	36		155.505	(63.278)	
Contribuição social	21.525	(6.129)		24.460	4.133	
Imposto de renda	59.643	(16.877)		68.125	11.594	
EBITDA	269.638	(46.103)		573.905	49.542	

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta do 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 1.185.522, aumento de R\$ 449.214 (61%) em relação ao mesmo trimestre de 2021, principalmente por: (i) receita de transmissão de R\$ 397.094, (ii) R\$ 32.716 da receita de construção de infraestrutura da concessão, ambas devido a aquisição da CPFL Transmissão.

Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional do 3º trimestre de 2022 foram de R\$ 181.224, aumento de R\$ 95.048 (110,3%) em relação ao mesmo trimestre de 2021, principalmente pela aquisição da CPFL Transmissão.

Custo com Energia Elétrica

O custo com energia elétrica no 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 650.132, redução de R\$ 58.651 (8,3%) em relação ao mesmo trimestre de 2021, basicamente por redução no volume de energia comprada em 5,0% (R\$ 33.584) e de preço médio em 3,2% (R\$ 22.650).

Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais apurados no 3º trimestre de 2022 foram de R\$ 135.795, aumento de R\$ 116.649 (609,2%) em relação ao mesmo trimestre de 2021, sendo a aquisição da CPFL Transmissão o principal motivo.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado no 3º trimestre de 2022 foi uma despesa financeira de R\$ 58.400, representando um aumento de R\$ 58.364 em relação ao mesmo trimestre de 2021.

Receita Financeira: Aumento 82,2% (R\$ 9.854), basicamente por: (i) aquisição da CPFL Transmissão (R\$ 11.760), (ii) rendimentos de aplicação financeira (R\$ 2.458) e (iii) atualização de créditos tributários (R\$ 1.506), parcialmente compensado pela atualização monetária de contas a receber com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE (R\$ 6.155).

Despesas Financeiras: Aumento de 567,1% (R\$ 68.219), principalmente por: (i) aquisição da CPFL Transmissão (R\$ 30.722), (ii) atualização de variação monetária e derivativos (R\$ 24.175) e (iii) juros de contrato de mútuo (R\$ 8.884).

O resultado de equivalência patrimonial apurado no 3º Trimestre de 2022 foi positivo em R\$ 19.198, explicado majoritariamente pelo registro da participação societária da controlada indireta CPFL Transmissão.

Lucro Líquido do Período e EBITDA

O resultado apurado no 3º trimestre de 2022 foi um lucro de R\$ 98.001, demonstrando um aumento de R\$ 123.168 (489,4%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2021.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 3º trimestre de 2022 foi de R\$ 269.638, um aumento de 684,9% quando comparado com o mesmo trimestre de 2021, que foi de negativo em R\$ 46.103 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

GLOSSÁRIO DE TERMOS DO SETOR ELÉTRICO

ACL: Ambiente de Contratação Livre. Segmento de mercado que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados (como os Consumidores Livres e comercializadores de energia elétrica).

ACR: Ambiente de Contratação Regulado. Segmento de mercado que compreende a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões e outros mecanismos organizados pela Aneel.

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica.

Assembleia Geral Ordinária (AGO): Reunião de acionistas de uma companhia com convocação anual obrigatória pelo Conselho de Administração para: (a) tomada de contas dos administradores; (b) exame e votação das demonstrações financeiras; (c) destinação dos lucros; (d) distribuição de dividendos; e (e) eleição dos administradores e Conselho Fiscal

B3 – B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão: Bolsa de Valores de São Paulo.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.

Capacidade Instalada: Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora em particular em bases de carga total contínua nos termos de condições específicas conforme designado pelo fabricante.

CCEE: Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

CDE: Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores. Fundo administrado pela CCEE para fomentar o desenvolvimento de energia elétrica em geral e sua produção a partir de fontes alternativas de energia em particular, bem como a universalização dos serviços de energia no Brasil. Todas as concessionárias contribuem para este fundo.

Companhia ou CPFL Energia: CPFL Energia S.A. ou o conjunto de empresas formado pela CPFL Energia e suas controladas.

Consumidor: Pessoa física ou jurídica que solicitar à concessionária o fornecimento de energia elétrica, assumindo, assim, a responsabilidade pelo pagamento das faturas e outras obrigações fixadas pela Aneel.

Consumidor Cativo: Consumidor que só pode comprar energia da concessionária que atua na rede a qual está conectado.

Consumidor Final: Consumidor que utiliza a energia elétrica para atender às suas próprias necessidades.

Consumidor Livre: Consumidores, com demanda contratada maior ou igual a 2 MW, atendidos por geradores ou comercializadores de energia, por meio de contratos bilaterais firmados no Ambiente de Contratação Livre – ACL. Esses consumidores também têm que pagar à distribuidora onde estão localizados pelo uso do sistema de distribuição.

Consumidor Livre Especial: Categorical especial de consumidores livres, com demanda contratada entre 0,5 MW e 2 MW (ou conjunto de unidades de alta tensão no mesmo sub mercado que juntas totalizem demanda maior que 0,5 MW), que estão habilitados a comprar energia no mercado livre apenas de fontes incentivadas (solar, eólica, biomassa ou PCH).

CVA: Conta gráfica a qual se atribuem as variações entre os valores realizados e os valores considerados nos repasses de custos aos consumidores finais nas revisões e reajustes tarifários das distribuidoras. As despesas consideradas na CVA são: Compra de energia, transporte de Itaipu, contrato de Rede Básica e encargos setoriais.

CVM: Comissão de Valores Mobiliários.

DEC: Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. Indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período, geralmente mensal ou nos últimos 12 meses.

Distribuição: O sistema de rede de energia elétrica que distribui energia elétrica para consumidores finais dentro de uma área de concessão.

Dividend Yield: Relação entre dividendos pagos pela empresa e a cotação atual da ação.

EBITDA (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes do pagamento de juros, impostos, depreciação e amortização do diferido): Elemento de avaliação que mede a geração de caixa nas operações da empresa, antes que seja afetada pelos encargos financeiros, depreciação e impostos.

Energia Assegurada ou Garantia Física: Quantidade fixa de energia elétrica de uma usina, estabelecida pelo Poder

Concedente no respectivo contrato de concessão. Representa a quantidade de energia disponível para venda naquele empreendimento.

Estatuto: Estatuto Social da Companhia.

FEC: Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora. Indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora em um determinado mês ou nos últimos 12 meses.

Free Float: Quantidade de ações de uma empresa disponível para negociação em mercados organizados.

Holding: (1) Empresa que possui, como atividade principal, participação acionária majoritária em uma ou mais empresas; (2) Empresa que possui a maioria das ações de outras empresas e que detém o controle de sua administração e políticas empresariais.

IBrX-100: Índice Brasil é um índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na B3, em termos de número de negócios e volume financeiro. Essas ações são ponderadas na carteira do índice pelo seu respectivo número de ações disponíveis à negociação no mercado.

IBOV- Índice Bovespa: é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro. Sua relevância advém do fato do IBOV retratar o comportamento dos principais papéis negociados na B3.

ICO2 – Índice de Carbono Eficiente: Índice composto pelas ações das companhias participantes do índice IBrX-100 que aceitaram participar dessa iniciativa, adotando práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa (GEE). Ele leva em consideração, para ponderação das ações das empresas componentes, seu grau de eficiência de emissões de GEE, além do *free float* (total de ações em circulação) de cada uma delas.

IDIV – índice de Dividendos: é um índice de retorno total e tem o objetivo de ser o indicador do desempenho médio das cotações dos ativos que se destacaram em termos de remuneração dos investidores, sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio.

IEE - Índice de Energia Elétrica: foi lançado em agosto de 1996 com o objetivo de medir o desempenho do setor de energia elétrica. Dessa forma, constitui-se em um instrumento que permite a avaliação da performance de carteiras especializadas nesse setor.

IFRS – International Financial Reporting Standards: são as Normas Internacionais de Contabilidade, que buscam um padrão de normas aceitas em muitos países e servem para facilitar a comparabilidade das informações entre empresas de diferentes países. No Brasil, o IFRS foi implantado em 2010.

IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada: tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem bons níveis de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da B3.

IGP-M: Índice Geral de Preços ao Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Informações Trimestrais (ITR): Documento contábil que as companhias devem encaminhar periodicamente à CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, apurado pelo IBGE.

ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial: tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro.

ITAG: Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, que tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que ofereçam melhores condições aos acionistas minoritários, no caso de alienação do controle.

Itaipu: Itaipu Binacional, uma Usina Hidroelétrica detida em partes iguais pelo Brasil e pelo Paraguai.

Lei das S.A.s: Lei Federal no. 6.404, promulgada em 15 de dezembro de 1976, que rege, entre outras coisas, as sociedades anônimas e os direitos e deveres de seus acionistas, conselheiros e diretores.

Mercado Regulado: Segmento de mercado no qual as distribuidoras compram toda a energia necessária para abastecer os clientes por meio de leilões públicos. O processo de leilão é administrado pela ANEEL, diretamente ou por meio da CCEE, de acordo com certas diretrizes fornecidas pelo MME. O Mercado Regulado é geralmente considerado mais estável em termos de fornecimento de eletricidade.

MME: Ministério de Minas e Energia.

Novo Mercado: Segmento de listagem da B3 destinado à negociação de ações emitidas por empresas que se comprometem, voluntariamente, com a adoção do mais alto nível de governança corporativa e divulgação de

informações adicionais além do que é exigido pela legislação.

ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, 17 objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas e 169 metas específicas que se aplicam a todos os países e cobrem uma ampla gama de questões de sustentabilidade, incluindo pobreza, fome, saúde, educação, mudança climática, igualdade de gênero, água, saneamento, energia, meio ambiente e justiça social.

ONS: Operador Nacional do Sistema Elétrico. Pessoa jurídica de direito privado autorizada a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

Parcela A: Custos não gerenciáveis das distribuidoras que incluem custos de aquisição de energia elétrica para revenda, encargos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e encargos setoriais.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs): Usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 3 MW e até 30 MW.

Poder Concedente: Governo Federal.

Proinfra: Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e alterações posteriores.

RAP (Receita Anual Permitida): receita autorizada pela ANEEL, mediante Resolução, pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão. Receita anual a que a concessionária tem direito a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão.

Rede Básica: Instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, com tensão igual ou superior à 230 kV conforme Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

Rede de Distribuição: Rede destinada à distribuição de energia elétrica em uma zona de consumo delimitada.

Rede de Transmissão: Rede ou sistema para transmissão de energia elétrica entre regiões ou entre países para alimentação de redes subsidiárias.

RTA: reajuste tarifário anual.

RTE: reajuste tarifário extraordinário.

RTP: revisão tarifária periódica.

SIN: Sistema Interligado Nacional. Sistema composto pela Rede Básica e demais instalações de transmissão que interliga as unidades de geração e distribuição no Brasil.

Subestação: Conjunto de equipamentos de manobras, controle, proteção e/ou transformação, que ligam, alteram e/ou regulam a tensão em sistema de transmissão e distribuição.

Tag along: Direito de alienação de ações conferido a acionistas minoritários, ao mesmo preço dos acionistas controladores, em caso de alienação de ações realizada pelos mesmos.

Transmissão: Sistema de linhas de alta tensão que transporta energia elétrica a longas distâncias com nível de tensão igual ou superior a 69 kV, interligando subestações.

TUSD: Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, reajustada anualmente pela Aneel.

Usina Hidroelétrica ou UHE: Unidade geradora que transforma energia potencial da água acumulada no reservatório em eletricidade.

Usina Termoelétrica ou UTE: Unidade de geração que utiliza a energia térmica proveniente da queima de combustível, tais como: carvão, óleo, gás natural, diesel e outro hidro carbono como fonte de energia para impulsionar o gerador de eletricidade.

Usina Termoelétrica a Biomassa: gerador termoelétrico que usa a combustão de material orgânico para a produção de energia.

Sumário

ATIVO	13
PASSIVO.....	14
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	15
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	16
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
FLUXO DE CAIXA	18
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	19
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	20
(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	20
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	22
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	22
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	22
(6) IMPOSTOS E TRIBUTOS A COMPENSAR.....	23
(7) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL.....	24
(8) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	25
(9) OUTROS ATIVOS.....	25
(10) INVESTIMENTOS.....	26
(11) ATIVO CONTRATUAL	31
(12) FORNECEDORES	31
(13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	32
(14) DEBÊNTURES.....	34
(15) TAXAS REGULAMENTARES.....	35
(16) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	35
(17) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	36
(18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	36
(19) LUCRO POR AÇÃO.....	37
(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	38
(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	39
(22) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	40
(23) RESULTADO FINANCEIRO	41
(24) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	41
(25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	42
(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	42
(27) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES	44



CPFL Energia S.A.
Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.806	8.287	4.028.055	2.199.952
Títulos e valores mobiliários		-	-	284.075	585.858
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	4.828.633	5.425.177
Estoques		-	-	170.521	150.867
Dividendo e juros sobre o capital próprio		777.130	87.081	166.024	134.613
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	29.851	67	160.236	97.083
Outros tributos a compensar	6	8.195	13.905	582.366	375.680
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	6	-	-	1.671.574	1.288.824
Derivativos	26	-	-	212.534	357.350
Ativo financeiro setorial	7	-	-	107.290	2.373.727
Ativo contratual	11	-	-	688.166	845.025
Outros ativos	9	888	662	1.203.436	1.718.346
Total do circulante		824.869	110.002	14.102.909	15.552.504
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		-	-	214.891	259.173
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora		128.691	168.943	-	-
Depósitos judiciais	17	558	646	918.579	858.981
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6	411	411	112.001	117.332
Outros tributos a compensar	6	-	-	397.448	286.498
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	6	-	-	7.028.118	7.936.570
Ativo financeiro setorial	7	-	-	57.270	816.748
Derivativos	26	-	-	340.581	990.491
Créditos fiscais diferidos		20.548	2.178	254.700	231.594
Ativo financeiro da concessão	8	-	-	15.752.655	13.281.686
Investimentos em instrumentos patrimoniais		-	-	116.654	116.654
Outros ativos	9	1.483	2.159	211.001	199.500
Investimentos	10	16.372.913	14.940.841	968.084	1.202.944
Imobilizado		2.064	1.515	8.584.753	8.754.616
Intangível		145	440	9.229.929	9.673.609
Ativo contratual	11	-	-	7.704.194	5.840.981
Total do não circulante		16.526.812	15.117.133	51.890.859	50.567.374
Total do ativo		17.351.681	15.227.134	65.993.768	66.119.878

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	12	1.457	1.840	3.225.011	4.269.598
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	2.689.271	2.246.711
Debêntures	14	-	-	2.672.009	1.788.125
Entidade de previdência privada		-	-	571.919	604.254
Taxas regulamentares	15	-	-	75.267	551.966
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	-	10.880	188.312	288.412
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	307	5.542	359.561	886.864
Dividendo		1.895.758	22.118	1.998.945	100.478
Obrigações estimadas com pessoal		-	-	250.083	165.074
Derivativos	26	-	4.018	75.719	5.067
Passivo financeiro setorial	7	-	-	371.125	-
Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	5.632	2.046
Uso do bem público		-	-	18.826	16.212
PIS/COFINS devolução consumidores	6	-	-	549.112	58.606
Outras contas a pagar		20.003	19.169	2.101.415	1.930.303
Total do circulante		1.917.525	63.568	15.152.207	12.913.717
Não circulante					
Fornecedores	12	-	-	429.073	408.082
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	10.897.376	12.216.158
Debêntures	14	-	-	7.263.489	6.164.877
Entidade de previdência privada		-	-	2.505.705	2.860.176
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	-	-	247.508	232.603
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	16	-	-	5.920	6.092
Débitos fiscais diferidos		-	-	1.232.454	958.545
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	17	133	106	1.108.700	1.035.364
Mútuo entre coligadas, controladas e controladora	24	-	-	2.722.804	2.518.150
Derivativos	26	-	-	323.197	86.196
Passivo financeiro setorial	7	-	-	326.195	-
Provisões para desmobilização e gastos ambientais		-	-	158.374	152.812
Uso do bem público		-	-	149.081	141.118
PIS/COFINS devolução consumidores	6	-	-	7.147.335	9.145.520
Outras contas a pagar		10.314	17.259	588.268	474.591
Total do não circulante		10.447	17.364	35.105.480	36.400.283
Patrimônio líquido					
Capital social	18	9.388.071	9.388.071	9.388.071	9.388.071
Reserva de capital		(1.403.290)	(1.646.145)	(1.403.290)	(1.646.145)
Reserva legal		1.455.685	1.455.685	1.455.685	1.455.685
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		4.072.689	4.072.689	4.072.689	4.072.689
Dividendo		-	3.735.932	-	3.735.932
Resultado abrangente acumulado		(1.872.428)	(1.860.030)	(1.872.428)	(1.860.030)
Lucros acumulados		3.782.981	-	3.782.981	-
		15.423.709	15.146.202	15.423.709	15.146.202
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	312.373	1.659.676
Total do patrimônio líquido		15.423.709	15.146.202	15.736.082	16.805.879
Total do passivo e do patrimônio líquido		17.351.681	15.227.134	65.993.768	66.119.878

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Receita operacional líquida	15	42	11	34	10.005.921	28.617.694	11.189.884	28.290.816
Custo do serviço								
Custo com energia elétrica	-	-	-	-	(4.613.291)	(13.467.331)	(6.912.400)	(17.077.830)
Custo com operação	-	-	-	-	(972.124)	(2.925.620)	(802.862)	(2.367.362)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(408.288)	(1.126.841)	(333.374)	(985.817)
Outros custos com operação	-	-	-	-	(563.836)	(1.798.779)	(469.488)	(1.381.545)
Custo com serviço prestado a terceiros	-	-	-	-	(1.559.997)	(3.866.760)	(940.940)	(2.303.073)
Lucro operacional bruto	15	42	11	34	2.860.509	8.357.983	2.533.682	6.542.551
Despesas operacionais								
Despesas com vendas	-	-	-	-	(185.065)	(606.355)	(220.663)	(595.104)
Depreciação e amortização	-	-	-	-	(2.448)	(7.138)	(2.325)	(6.892)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(63.609)	(245.471)	(106.220)	(260.195)
Outras despesas com vendas	-	-	-	-	(119.008)	(353.746)	(112.118)	(328.017)
Despesas gerais e administrativas	(9.336)	(28.573)	(6.894)	(21.697)	(257.673)	(802.773)	(248.995)	(678.726)
Depreciação e amortização	(98)	(289)	(101)	(312)	(31.252)	(89.451)	(27.180)	(80.985)
Outras despesas gerais e administrativas	(9.238)	(28.284)	(6.793)	(21.385)	(226.421)	(713.322)	(221.815)	(597.741)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(111.021)	(337.907)	(108.953)	(330.071)
Amortização de intangível da concessão	-	-	-	-	(75.227)	(238.166)	(71.656)	(215.354)
Outras despesas operacionais	-	-	-	-	(35.794)	(99.741)	(37.297)	(114.717)
Resultado do serviço	(9.322)	(28.531)	(6.882)	(21.663)	2.306.749	6.610.946	1.955.071	4.938.650
Resultado de participações societárias	10	1.411.333	3.812.846	1.435.816	3.513.878	142.523	384.783	206.090
Resultado antes do resultado financeiro	1.402.011	3.784.315	1.428.934	3.492.215	2.449.272	6.995.729	2.161.161	5.326.055
Resultado financeiro	23	5.303	21.843	15.769	26.289	566.868	1.703.499	251.939
Receitas financeiras								
Despesas financeiras	(1)	(61.944)	(5.318)	(10.319)	(1.046.556)	(3.263.840)	(441.346)	(1.120.511)
Lucro antes dos tributos	1.407.313	3.744.214	1.439.384	3.507.586	1.969.584	5.435.388	1.971.754	5.006.347
Contribuição social	475	5.820	(9.653)	(12.712)	(148.751)	(428.577)	(144.987)	(401.377)
Imposto de renda	207	12.550	(27.881)	(38.313)	(401.622)	(1.163.041)	(390.971)	(1.081.854)
Lucro líquido do período	1.407.996	3.762.584	1.401.850	3.455.962	1.419.211	3.843.770	1.435.797	3.523.087
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores					1.407.996	3.762.584	1.401.850	3.455.962
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores					11.215	81.186	33.947	67.125
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$	19				1,22	3,27	1,22	3,00

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora			
	2022		2021	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	1.407.996	3.762.584	1.401.850	3.455.962
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
Resultado abrangente do período reflexo sobre os investimentos da Companhia	16.315	7.999	(6.584)	(34.659)
Resultado abrangente do período	1.424.311	3.770.583	1.395.266	3.421.303
	Consolidado			
	2022		2021	
	3º trimestre	9 meses	3º trimestre	9 meses
Lucro líquido do período	1.419.211	3.843.770	1.435.797	3.523.087
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (Perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	17.283	17.283	(985)	(2.701)
- Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	(962)	(9.765)	(5.600)	(31.959)
Resultado abrangente consolidado do período	1.435.533	3.851.289	1.429.213	3.488.428
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores	1.424.311	3.770.583	1.395.266	3.421.303
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores	11.222	80.706	33.947	67.125

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Resultado abrangente acumulado			Participação de acionistas não controladores			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária / Reforço de capital de giro	Dividendo	Custo atribuído	Entidade de previdência privada / Risco de crédito na marcação a mercado	Lucros acumulados	Total	Resultado abrangente acumulado	Outros componentes do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.388.071	(1.643.775)	1.218.283	5.803.185	865.248	329.502	(2.024.737)	-	13.935.777	6.501	293.499	14.235.778
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	(34.659)	3.455.962	3.421.303	-	67.125	3.488.428
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	3.455.962	3.455.962	-	67.125	3.523.087
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(31.959)	-	(31.959)	-	-	(31.959)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(2.701)	-	(2.701)	-	-	(2.701)
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(20.916)	-	20.916	-	(1.333)	1.208	(125)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(31.691)	-	31.691	-	(2.020)	2.020	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	10.775	-	(10.775)	-	687	(687)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Transações de capital com os acionistas	-	(6.303)	-	(1.730.496)	(865.248)	-	-	1.020	(2.601.026)	-	(62.491)	(2.663.518)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(2.795)	-	-	-	-	-	-	(2.795)	-	2.795	-
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	-	1.020	1.020	-	-	1.020
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	(1.730.496)	(865.248)	-	-	-	(2.595.744)	-	(65.286)	(2.661.030)
Outras movimentações	-	(3.508)	-	-	-	-	-	-	(3.508)	-	-	(3.508)
Saldos em 30 de setembro de 2021	9.388.071	(1.650.078)	1.218.283	4.072.689	-	308.586	(2.059.396)	3.477.898	14.756.053	5.168	299.340	15.060.560
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.388.071	(1.646.145)	1.455.685	4.072.689	3.735.932	301.237	(2.161.267)	-	15.146.202	4.724	1.654.954	16.805.879
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	7.999	3.762.584	3.770.584	-	80.706	3.851.289
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	3.762.584	3.762.584	-	81.186	3.843.770
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	(9.284)	-	(9.284)	-	(480)	(9.765)
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	17.283	-	17.283	-	-	17.283
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	-	-	(20.397)	-	20.397	-	(1.333)	1.323	(11)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(30.904)	-	30.904	-	(2.020)	2.020	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	10.507	-	(10.507)	-	687	(687)	-
Outras movimentações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Transações de capital com os acionistas	-	242.856	-	-	(3.735.932)	-	-	-	(3.493.077)	-	(1.428.001)	(4.921.076)
Combinação de negócios (nota 10)	-	242.781	-	-	-	-	-	-	242.781	-	(1.360.387)	(1.117.606)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	74	-	-	-	-	-	-	74	-	527	601
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	(3.735.932)	-	-	-	(3.735.932)	-	(68.139)	(3.804.071)
Saldos em 30 de setembro de 2022	9.388.071	(1.403.290)	1.455.685	4.072.689	-	280.840	(2.153.268)	3.782.981	15.423.709	3.391	308.982	15.736.082

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Lucro antes dos tributos	3.744.214	3.507.586	5.435.388	5.006.347
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	289	312	1.461.596	1.289.048
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	993	674	166.596	93.265
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	245.471	260.195
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	41.298	(20.957)	1.387.989	86.196
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	-	-	145.013	170.217
Equivalência patrimonial	(3.812.846)	(3.513.878)	(384.783)	(387.405)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	-	-	103.461	107.984
Repactuação do risco hidrológico	-	-	-	(175.904)
Outros	-	-	(153.403)	(89.419)
	(26.052)	(26.263)	8.407.326	6.360.524
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	-	-	204.255	(102.736)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	2.971.200	1.396.092	354.372	119.833
Tributos a compensar	(22.432)	5.880	628.820	(83.266)
Depósitos judiciais	105	74	(18.693)	23.231
Ativo financeiro setorial	-	-	1.388.389	(2.364.063)
Contas a receber - CDE	-	-	(25.573)	(24.635)
Adições de ativo de transmissão	-	-	(451.090)	(89.862)
Outros ativos operacionais	754	619	693.960	(351.171)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(384)	(2.609)	(1.031.937)	724.231
Outros tributos e contribuições sociais	(5.235)	(1.698)	(590.713)	95.296
Outras obrigações com entidade de previdência privada	-	-	(505.630)	(275.484)
Taxas regulamentares	-	-	(476.699)	315.866
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(970)	(564)	(155.185)	(167.850)
Passivo financeiro setorial	-	-	630.608	(449.107)
Contas a pagar - CDE	-	-	(2.309)	(34.006)
Outros passivos operacionais	(6.108)	(8.656)	327.534	242.830
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	2.910.878	1.362.875	9.377.434	3.939.626
Encargos de dívidas e debêntures pagos	-	-	(981.002)	(418.073)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.364)	(13.779)	(1.410.318)	(1.072.117)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.900.514	1.349.096	6.986.113	2.449.436
Atividades de investimento				
Redução (Aumento) de capital em investidas	-	-	266.606	-
Valor pago em combinações de negócios, líquido do caixa adquirido	-	-	(1.119.412)	-
Aquisições de imobilizado	(809)	-	(211.038)	(384.277)
Adições de ativo contratual	-	-	(3.487.345)	(2.155.549)
Adições e construções de intangível	(37)	(1.297)	(14.019)	(16.302)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	-	-	(443.382)	(139.362)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	-	-	708.988	1.722.061
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.029.620)	-	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(9.041)	-	-	-
Recebimentos de mútuos com controladas e coligadas	59.500	-	-	-
Outros	-	-	-	552
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(980.007)	(1.297)	(4.299.602)	(972.877)
Atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e debêntures	-	-	6.915.378	3.904.114
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	-	-	(5.630.344)	(3.736.568)
Liquidação de operações com derivativos	(57.695)	-	(239.668)	826.503
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(1.862.293)	(1.725.223)	(1.903.774)	(1.755.599)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.919.988)	(1.725.223)	(858.408)	(761.550)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	519	(377.424)	1.828.103	715.009
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	8.287	395.745	2.199.952	3.918.796
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.806	18.322	4.028.055	4.633.805

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



CPFL Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	9 meses	9 meses	9 meses	9 meses
1 - Receita	588	(3.125)	40.784.992	40.988.645
1.1 Receita de venda de energia e serviços	46	38	36.753.647	38.689.001
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	542	(3.163)	408.780	395.143
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	3.868.035	2.164.696
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(245.471)	(260.195)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(9.691)	(3.092)	(20.699.443)	(22.723.765)
2.1 Custo com energia elétrica	-	-	(15.048.201)	(18.919.572)
2.2 Material	(1.025)	(112)	(2.703.783)	(1.732.874)
2.3 Serviços de terceiros	(6.056)	(885)	(2.094.755)	(1.508.664)
2.4 Outros	(2.610)	(2.095)	(852.704)	(562.654)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	(9.102)	(6.217)	20.085.549	18.264.880
4 - Retenções	(289)	(312)	(1.466.864)	(1.295.277)
4.1 Depreciação e amortização	(289)	(312)	(1.228.698)	(1.079.923)
4.2 Amortização do intangível de concessão	-	-	(238.166)	(215.354)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	(9.392)	(6.529)	18.618.685	16.969.603
6 - Valor adicionado recebido em transferência	3.835.558	3.550.732	2.160.611	1.235.567
6.1 Receitas financeiras	22.713	36.853	1.775.828	848.161
6.2 Equivalência patrimonial	3.812.846	3.513.878	384.783	387.405
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.826.167	3.544.203	20.779.296	18.205.169
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	16.160	12.577	1.537.114	1.238.112
8.1.1 Remuneração direta	8.404	7.070	881.403	672.151
8.1.2 Benefícios	6.884	4.774	566.171	517.018
8.1.3 F.G.T.S	872	733	89.540	48.943
8.2 Impostos, taxas e contribuições	(14.764)	64.530	12.027.004	12.227.775
8.2.1 Federais	(14.826)	64.467	7.221.353	6.387.358
8.2.2 Estaduais	62	64	4.769.555	5.811.310
8.2.3 Municipais	-	-	36.096	29.107
8.3 Remuneração de capital de terceiros	62.187	11.134	3.371.407	1.216.195
8.3.1 Juros	61.942	10.917	3.300.214	1.145.253
8.3.2 Aluguéis	244	217	71.194	70.942
8.4 Remuneração de capital próprio	3.762.584	3.455.962	3.843.770	3.523.087
8.4.1 Lucros retidos	3.762.584	3.455.962	3.843.770	3.523.087
	3.826.167	3.544.203	20.779.296	18.205.169

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

CPFL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração, comercialização e transmissão de energia elétrica no Brasil.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 – Campinas - SP - Brasil.

A Companhia possui participações diretas e indiretas em controladas e empreendimentos controlados em conjunto sendo 4 distribuidoras, 115 empreendimentos de geração, 7 transmissoras, 11 prestadoras de serviços e 5 holdings/outros empreendimentos, para mais informações consultar a nota explicativa 1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Em abril de 2022 como resultado do leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica-CEEE-T (“CPFL Transmissão”) passou a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%).

1.1 Impactos do COVID-19

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seus negócios e nos de suas controladas, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para o Grupo ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. O Grupo continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios do Grupo estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1.2 Capital circulante líquido

Em 30 de setembro de 2022, o consolidado apresentou nas Informações contábeis intermediárias, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.049.297. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos de R\$ 1.998.945, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 08 de novembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração do Grupo faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 7 – Ativo e passivo financeiro setorial;
- Nota 10 – Investimentos – Combinação de negócios;
- Imobilizado;
- Nota 11 – Ativo contratual;
- Intangível;
- Nota 13 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 14 – Debêntures;
- Entidade de previdência privada;
- Nota 16 - Impostos, taxas e contribuições a recolher;
- Nota 17 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 26 – Instrumentos Financeiros – derivativos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real, e as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Os executivos do Grupo utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em atividades de: (i) distribuição de energia elétrica (“Distribuição”); (ii) geração de energia elétrica (“Geração”); (iii) transmissão de energia elétrica (“Transmissão”); (iv) comercialização de energia (“Comercialização”); (v) prestação de serviços (“Serviços”); e (vi) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense, EPASA, TPAE e ETAU que são registradas por equivalência patrimonial, e (ii) a participação minoritária nas controladas Paulista Lajeado (Investco S.A.) e na CPFL Transmissão (Centrais Elétricas S.A.), as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas CERAN, Paulista Lajeado, subsidiárias não integrais da CPFL Renováveis, CPFL Transmissão e TESB.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias do Grupo foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota explicativa 3 – sumário das principais políticas contábeis, divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, objetivam atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

A determinação do valor justo das informações contábeis intermediárias do Grupo foram determinados conforme descrito na nota explicativa 4 – determinação do valor justo, divulgada nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e devem ser analisadas em conjunto.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Saldos bancários	327	332	68.326	916.324
Aplicações financeiras	8.479	7.954	3.959.729	1.283.628
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	-	7.954	210	13.827
Títulos de crédito privado (b)	8.479	-	3.691.767	1.195.745
Fundos de investimento (c)	-	-	267.752	74.055
Total	8.806	8.287	4.028.055	2.199.952

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 20% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB’s no montante de R\$ 3.266.372 (R\$ 716.939 em 31 de dezembro de 2021), e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 425.395 (R\$ 478.806 em 31 de dezembro de 2021). Todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 99,94% do CDI (98,52% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média de 101,2% do CDI (101,4% do CDI em 31 de dezembro de 2021), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) IMPOSTOS E TRIBUTOS A COMPENSAR

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	2.416	4.641
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	3.472	19.459
Imposto de renda e contribuição social a compensar	154.348	72.983
Imposto de renda e contribuição social a compensar	160.236	97.083
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	36	7.817
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	107.238	73.311
ICMS a compensar	320.636	186.451
Programa de integração social - PIS	27.746	19.656
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	121.911	83.451
Outros	4.799	4.994
Outros tributos a compensar	582.366	375.680
Total circulante	742.602	472.763
Não circulante		
Contribuição social a compensar - CSLL	7.335	8.398
Imposto de renda a compensar - IRPJ	104.666	108.934
Imposto de renda e contribuição social a compensar	112.001	117.332
ICMS a compensar	381.700	271.003
Programa de integração social - PIS	2.683	2.646
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	8.864	8.647
Outros	4.201	4.202
Outros tributos a compensar	397.448	286.498
Total não circulante	509.449	403.830

Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

As controladas de distribuição, CPFL Brasil e CPFL Serviços ingressaram com ações judiciais envolvendo a União Federal pleiteando o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, bem como o direito de reaver os valores anteriormente pagos.

Em 2019 e 2021 a maioria das controladas obteve decisão transitada em julgado favorável, registrando ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores. Ainda em 2021, tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo”, foram reconhecidos em setembro de 2021 os créditos de PIS e COFINS, nas controladas CPFL Santa Cruz (empresa incorporada em dezembro de 2017 na CPFL Santa Cruz), e da RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018 na RGE). A partir de 2020 as controladas que possuem créditos fiscais habilitados junto à Receita Federal do Brasil iniciaram as compensações.

Durante os reajustes tarifários de 2021 e 2022 das controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Paulista, RGE e Piratininga foram considerados a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes das referidas ações judiciais, como componente financeiro negativo extraordinário nos montantes de R\$ 155.807, R\$ 773.880, R\$ 886.546 e R\$ 434.863 respectivamente.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, o Grupo entende que para as distribuidoras a necessidade de devolução aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial, como créditos fiscais de PIS e COFINS está limitada ao prazo prescricional de 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública nº 05/2021, ainda em andamento.

Em 28 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385, a qual determina que a ANEEL promova, nos processos tarifários, a destinação integral do crédito em questão em proveito dos consumidores afetados pela cobrança de tributo a maior.

O Grupo entende que tal dispositivo legal não retira o direito de ter vertido em favor de suas controladas os créditos abarcados pela prescrição (acima de 10 anos), bem como continuará acompanhando os desdobramentos deste tema, de forma a adotar as medidas que sejam necessárias para resguardar seu direito.

Logo, a decisão contábil do Grupo de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito.

(7) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Consolidado									
	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota 20)		Atualização monetária	Outros	Saldo em 30/09/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização			Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	2.373.119	582.769	2.955.886	(763.206)	(910.109)	231.909	(339.040)	315.810	859.631	1.175.440
CVA ⁽¹⁾										
CDE ⁽²⁾	(137.471)	21.916	(115.556)	798.166	(101.646)	38.239	-	458.862	160.341	619.203
Custos energia elétrica	(228.156)	(187.046)	(415.202)	(2.375.882)	767.547	(109.174)	(103.304) ⁽⁴⁾	(1.300.078)	(936.937)	(2.236.015)
ESS e EER ⁽³⁾	1.415.965	150.042	1.566.007	(1.068.761)	(455.470)	70.075	(230.564) ⁽⁴⁾	(681.722)	563.008	(118.713)
Proinfa	992	23.178	24.170	145.818	(56.960)	11.068	-	65.235	58.862	124.097
Rede básica	112.460	121.316	233.776	211.014	(160.027)	19.434	-	221.831	82.366	304.197
Repasso de Itaipu	1.554.343	526.707	2.081.050	568.106	(1.089.009)	190.199	(5.172) ⁽⁵⁾	597.536	1.147.638	1.745.174
Transporte de Itaipu	865	16.501	17.366	14.656	(14.833)	973	-	18.406	(244)	18.161
Neutralidade dos encargos setoriais	(86.990)	(50.423)	(137.413)	(47.174)	74.124	(5.381)	-	(76.839)	(39.006)	(115.845)
Sobrecontratação	(258.889)	(39.422)	(298.312)	990.913	126.165	16.475	-	1.012.639	(177.397)	835.242
Bandeira tarifária faturada	-	-	-	(61)	-	-	-	(61)	-	(61)
Outros componentes financeiros	440.582	(205.994)	234.588	110.839	1.134.210	65.910	(3.253.748) ⁽⁶⁾	(631.743)	(1.076.457)	(1.708.201)
Total	2.813.701	376.775	3.190.474	(652.367)	224.101	297.819	(3.592.788)	(315.934)	(216.826)	(532.761)
Ativo circulante			2.373.727							107.290
Ativo não circulante			816.748							57.270
Passivo circulante			-							(371.125)
Passivo não circulante			-							(326.195)

(1) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(2) Conta de desenvolvimento energético

(3) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

(4) Recebimento Conta de Escassez Hídrica

(5) Recebimento Conta de Comercialização de Itaipu

(6) Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS, recebimento conta de Escassez Hídrica, comercialização de Itaipu e de CDE Eletrobrás

Recebimento - Conta de escassez hídrica

O Decreto nº 10.939/2022 regulamentou as medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica. Ficou autorizada a criação da Conta Escassez Hídrica, posteriormente regulamentada pela ANEEL por meio da Consulta Pública nº 02/2022 resultando na publicação da Resolução Normativa nº 1.008/2022.

O Grupo manifestou necessidade de aporte por meio de termo de aceitação, e teve o recurso homologado através do Despacho nº 1.177/2022, com recebimento de R\$ 798.700 no segundo trimestre de 2022, para cobrir os custos com: i) "Importação de Energia" com repasse de R\$ 103.304; ii) "Custo do Bônus de Redução Incentivada" com repasse de R\$ 230.564 e iii) Diferimento do processo tarifário de 2021" com repasse de R\$ 464.832.

Homologação da devolução do crédito de PIS/COFINS

No reajuste tarifário anual ("RTA") de 05 de abril de 2022 da CPFL Paulista, conforme Resolução Homologatória ("REH") nº 3.018, foi considerado o reconhecimento do passivo regulatório, decorrente da antecipação de créditos de PIS/COFINS, relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 400.000, que será atualizado pela SELIC.

No RTA da RGE de 21 de junho de 2022, foi considerado o reconhecimento do passivo regulatório, decorrente da antecipação de créditos de PIS/COFINS, relativo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 657.746, que será atualizado pela SELIC.

Adicionalmente Em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou a REH N° 3.058 (CPFL Paulista) e 3.059 (CPFL Santa Cruz), relativa ao reajuste tarifário extraordinário ("RTE") e incluiu para devolução aos consumidores do crédito de PIS/COFINS, anteriormente registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, e assim reduziu o efeito médio total a ser percebido pelos consumidores em 2,44% e 2,32% para a CPFL Paulista e CPFL Santa Cruz, respectivamente.

No RTA da CPFL Piratininga de 23 de outubro de 2022, foi considerado o reconhecimento do passivo regulatório, decorrente dos créditos de PIS/COFINS, relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 434.863, que será atualizado pela SELIC.

Recebimento – CDE Eletrobrás

Conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás serão destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, com início em 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2022 ocorreu em julho, cujo valor de R\$ 711.593 foi homologado por meio do Despacho nº 1.959.

Alterações em função da versão 2022 do Manual de contabilidade do setor elétrico – MCSE

A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram: (i) alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”) para ativo ou passivo financeiro setorial, antes registrada em taxas regulamentares (nota 14), e (ii) alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (homologado e diferido).

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

(8) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	Consolidado
Saldo em 31/12/2021	13.281.686
Não circulante	13.281.686
Ajuste ao valor justo	706.066
Transferência - ativo contratual	1.836.399
Transferência - ativo intangível	(4.473)
Baixas	(67.022)
Saldo em 30/09/2022	15.752.655
Não circulante	15.752.655

Nos 9 meses de 2022, o valor das baixas de R\$ 67.022 (R\$ 55.828 nos 9 meses de 2021) refere-se à baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 29.569 (R\$ 19.852 nos 9 meses de 2021) e à baixa do ativo de R\$ 37.454 (R\$ 35.976 nos 9 meses de 2021).

(9) OUTROS ATIVOS

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos - Plano de previdência privada	4.038	8.877	-	6.797
Adiantamentos - fornecedores	33.122	43.814	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	68.151	27.214	19.502	18.026
Ordens em curso	471.676	440.863	6.348	10.594
Serviços prestados a terceiros	31.674	36.129	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	518	3.015
Despesas antecipadas	115.125	119.436	13.856	17.045
Contas a receber - CDE	215.350	189.776	-	-
Adiantamentos a funcionários	45.885	27.536	-	-
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	4.435	371.511	-	-
Empréstimos	-	187.180	-	-
Outros	253.269	296.148	170.778	144.022
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39.289)	(30.138)	-	-
Total	1.203.436	1.718.346	211.001	199.500

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica - bônus concedido aos consumidores das controladas de distribuição nas faturas de janeiro e fevereiro de 2022. O bônus foi custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), repassado pela CCEE às distribuidoras majoritariamente na contabilização da CCEE de janeiro, liquidada em março deste mesmo ano.

Empréstimos – Em 31 de dezembro de 2021 refere-se a empréstimo feito entre a controlada indireta CPFL Transmissão e Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D), anteriormente sociedade parceira. Recebido integralmente no 3º trimestre de 2022.

(10) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	14.976.778	14.517.982	960.196	1.194.622
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.029.620	-	-	-
Subtotal	16.006.398	14.517.982	960.196	1.194.622
Mais valia de ativos, líquidos	360.461	416.805	7.887	8.322
Ágio de rentabilidade futura	6.054	6.054	-	-
Total	16.372.913	14.940.841	968.084	1.202.944

A movimentação, na controladora, dos saldos de investimento em controladas no período, é como segue:

Investimento	Investimento em 31/12/2021	Equivalência patrimonial (Resultado)	Equivalência patrimonial (Resultado abrangente)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros	Investimento em 30/09/2022
CPFL Paulista	1.551.033	993.534	(2.968)	(1.139.828)	-	-	1.401.772
CPFL Piratininga	387.459	438.740	15.563	(393.928)	-	-	447.834
CPFL Santa Cruz	432.359	70.063	(177)	(64.494)	-	-	437.750
RGE	3.271.259	681.967	(1.952)	(526.812)	-	-	3.424.462
CPFL Geração	4.207.597	958.367	-	(1.170.400)	-	281	3.995.845
CPFL Renováveis	2.815.646	402.416	-	(301.510)	-	272	2.916.825
CPFL Jaguarí Geração	59.214	1.215	-	(19.106)	-	-	41.323
CPFL Brasil	1.319.878	216.318	(2.467)	-	1.029.620	242.303	2.805.652
CPFL Planalto	3.014	3.288	-	(2.384)	-	-	3.919
CPFL Serviços	183.357	21.674	-	-	-	-	205.032
CPFL Atende	17.645	1.587	-	(3.510)	-	-	15.722
CPFL Infra	4.841	4.748	-	(4.243)	-	-	5.346
CPFL Pessoas	8.004	9.660	-	(7.031)	-	-	10.633
CPFL Finanças	12.565	15.353	-	(12.103)	-	-	15.815
CPFL Supri	5.432	8.873	-	(4.442)	-	-	9.864
CPFL Telecom	3.293	229	-	-	-	-	3.521
CPFL Eficiência	145.850	7.056	-	(11.461)	-	-	141.446
AUTHI	12.650	824	-	-	-	-	13.474
Alesta	76.627	33.098	-	-	-	-	109.725
Clion	260	179	-	-	-	-	439
	14.517.982	3.869.189	7.999	(3.661.250)	1.029.620	242.856	16.006.398

Combinação de negócios

Aquisição da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”) pela CPFL Cone Sul (Controlada da CPFL Brasil)

Em 16 de julho de 2021, a controlada CPFL Cone Sul foi classificada em primeiro lugar no âmbito do leilão nº 01/2021, referente à alienação do controle acionário da CPFL Transmissão, realizado pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (“Leilão”).

A CPFL Energia, no âmbito da sessão pública do Leilão, por meio da CPFL Cone Sul, apresentou a oferta vencedora, no montante de R\$ 2.670.000 para aquisição de ações representativas de aproximadamente 66,08% do capital social total da CPFL Transmissão (sendo, aproximadamente, 67,12% das ações ordinárias e 0,72% das ações preferenciais), detidas anteriormente pelo estado do Rio Grande do Sul. A parcela de não controladores foi mensurada pela participação proporcional no valor justo, conforme previsto pelo CPC 15(R1) / IFRS 3.

Em 24 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE, e em 30 de setembro de 2021 foi obtida a autorização da ANEEL.

Em 14 de outubro de 2021 (“data de aquisição”), foi divulgado através de fato relevante ao mercado a conclusão da aquisição após todas as condições precedentes da transação serem atendidas, data em que o controle da CPFL Transmissão foi assumido pela CPFL Cone Sul e a titularidade das ações foi transferida e o pagamento foi efetuado. Essa aquisição resultou em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15(R1) / IFRS 3, uma vez que a CPFL Cone Sul passou a deter o controle da CPFL Transmissão.

Em abril de 2022 ocorreu o leilão da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da CPFL Transmissão. Como resultado deste leilão, a CPFL Cone Sul pagou a, contraprestação R\$ 1.119.412, em contrapartida a 33,18% e a reserva de capital de R\$ 250.347 no patrimônio líquido, passando a CPFL Cone Sul a deter 99,26% do capital social total (anteriormente 66,08%) da CPFL Transmissão.

A aquisição está alinhada ao objetivo estratégico da CPFL Energia e possibilitará maior geração de valor aos seus acionistas, por meio de (i) otimização de despesas operacionais; (ii) exploração de um ativo de baixo risco com alto potencial de ampliação de investimentos e consequente aumento de remuneração; (iii) diversificação do portfólio da CPFL Energia por meio de um segmento que permitirá sinergias com as demais operações do Grupo; e (iv) otimização das condições de financiamento, melhorando a alavancagem financeira.

Conforme mencionado na nota 1 de 31 de dezembro de 2021, a CPFL Transmissão detém 96,85% (94,22% em 31 de dezembro de 2021) de participação na Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. (“TESB”) e consolida suas demonstrações financeiras de forma integral. Adicionalmente, a CPFL Transmissão detém 9,65% de investimento na TPAE (Transmissora Porto Alegrense de Energia) e 10% da ETAU (Empresa de Transmissão do Alto Uruguai).

Sua sede administrativa está localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador até 13 de outubro de 2021, o estado do Rio Grande do Sul. Os não controladores foram mensurados pela participação proporcional no *fair value* apurado.

A CPFL Transmissão tem 6.037 km de linhas de transmissão, 72 subestações e detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica:

- a. Contrato de Concessão nº 055/2001: Com a vigência da MP 579 (Lei 12.783/2013), o prazo do Contrato de Concessão foi prorrogado por mais 30 anos e tem vigência até 31 de dezembro de 2042;
- b. Contrato de Concessão nº 080/2002: Com vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das respectivas instalações de transmissão, podendo ser renovado por igual período. O término desta concessão está previsto para 18 de dezembro de 2032;
- c. Contrato de Concessão Nº 4/2021-ANEEL: Obras em andamento com prazo estabelecido para energização até 30 de setembro de 2024. O término desta concessão está previsto 31 de março de 2051.

A TESB detém um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, contrato Nº 001/2011-ANEEL e tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada assinatura do contrato. O término desta concessão está previsto para 27 de julho de 2041.

Informações adicionais à aquisição da CPFL Transmissão

a) Contraprestações

A contraprestação transferida foi de R\$ 2.670.000, paga em caixa, em parcela única, na data de aquisição. Esta contraprestação não sofrerá nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida.

b) Ativos adquiridos, passivos reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição

A mensuração do valor justo e a alocação do preço pago dos ativos e passivos adquiridos bem como a contabilização inicial da aquisição da CPFL Transmissão foi apurada para as demonstrações financeiras de 14 de outubro de 2021 e

no fim do período base das demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2021, com base em análises conduzidas pela própria Administração, ou seja, a mensuração do valor justo foi efetuada em uma base provisória, conforme permitido pelo pronunciamento técnico CPC 15/ IFRS 3. As técnicas de avaliação variam de acordo com o grupo de contas avaliado, sendo que podem ser: *income approach*, *cost approach*, dentre outras.

Considerando a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que envolvem principalmente a definição de premissas sobre a taxa de desconto, taxa de crescimento e da projeção de receitas e margens operacionais da companhia adquirida, os valores justos finais foram reavaliados e corroborados através do laudo de avaliação econômico-financeiro feito por avaliador independente, concluído em 31 de outubro de 2022.

Como consequência, foram efetuadas reclassificações entre linhas do balanço patrimonial nos valores alocados provisoriamente em 14 de outubro de 2021, referentes a (i) aumento do ativo contratual circulante e não circulante; (ii) conclusão da alocação do valor justo do ativo intangível de exploração de concessão em decorrência do refinamento das premissas utilizadas para determinação dos saldos; (iii) aumento dos investimentos; (iv) aumento dos saldos de ativo imobilizado em decorrência de alocação de mais-valia; (v) redução do saldo de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, como consequência do refinamento das premissas utilizadas; (vii) respectivos impactos de imposto de renda e contribuição social diferidos. Essas reclassificações estão dentro do período de mensuração, conforme previsto no CPC 15(R1) / IFRS 3.

Os custos relacionados à aquisição, registrados como despesa no resultado de 2021, somaram R\$ 24.550.

A alocação preliminar e a definitiva do preço pago aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos está apresentada a seguir:

	14/10/2021 CPFL Transmissão	14/10/2021 CPFL Transmissão
	provisório	Final
<u>Ativos circulantes</u>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	478.405	478.405
Concessionárias e Permissionárias	109.389	109.389
Investimentos em Títulos do Governo	110.763	110.763
Ativo de Concessão - Contratual	787.504	788.010
Intangível exploração concessão	-	33.894
Outros ativos circulantes	108.205	108.205
<u>Ativos não circulantes</u>		
Ativo de Concessão - Contratual	3.315.027	3.332.086
Empréstimos cedidos	205.490	205.490
Ativo Disponível para vendas	217.552	217.552
Investimentos	12.960	42.827
Imobilizado	91.975	190.854
Intangível exploração concessão	849.070	686.354
Intangível	20.937	22.430
Outros ativos não circulantes	104.194	104.194
<u>Passivos circulantes</u>		
Fornecedores	34.244	34.244
Obrigações Trabalhistas	57.713	57.713
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	50.291	50.291
Provisão para Benefícios a Empregados	97.658	97.658
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	18.884	18.884
Outros passivos circulantes	118.975	118.975
<u>Passivos não circulantes</u>		
Empréstimos, Financiamentos e Outras Captações	624.793	624.793
Provisão para Benefícios a Empregados	619.674	619.674
Provisão para Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	296.509	294.515
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	243.368	254.201
Outros passivos não circulantes	209.054	209.054
Ativos líquidos adquiridos	4.040.307	4.050.450
<u>Ágio gerado na aquisição</u>		
Contrapartida transferida	2.670.000	2.670.000
(+) Participação dos acionistas não controladores	1.370.307	1.380.450
(-) Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(4.040.307)	(4.050.450)
Ágio	-	-

Os valores justos apresentados acima foram finalizados e estão de acordo com o laudo de avaliação econômico-financeiro, preparado pelo avaliador independente.

c) Contraprestação contingente

Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora.

d) Ativos de indenização

O acordo não prevê quaisquer situações em que a controlada CPFL Cone Sul possa ser indenizada.

e) Passivos contingentes reconhecidos

Apresentamos abaixo os passivos contingentes reconhecidos no montante de R\$ 105.353 na data de aquisição:

	CPFL Transmissão
	14/10/2021
Processos trabalhistas (i)	50.822
Processos cíveis (i)	18.456
Processos outros (i)	36.075
Passivo contingente preliminar	105.353
Provisões registradas nas controladas	208.046
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	313.399

i. Estes montantes representam os valores justos dos processos de natureza trabalhistas, cíveis, regulatórios e fiscais cuja conceito se enquadra em passivos contingentes que podem ser mensurados com confiabilidade. Considerando que a liquidação destes processos depende de terceiros, seja na esfera judicial ou administrativa, não é possível estimar um cronograma para ocorrência de eventuais saídas de caixa associadas a estes passivos contingentes. Nenhum ativo de indenização foi reconhecido para estes passivos contingentes.

f) Recebíveis adquiridos

O valor justo dos recebíveis adquiridos é R\$ 109.389, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

g) Empréstimos cedidos adquiridos

O valor justo dos empréstimos cedidos adquiridos é R\$ 205.490, que é o mesmo valor contratual bruto dos recebíveis e representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de recebimento.

h) Provisão para benefícios a empregados

O valor justo da provisão para benefícios a empregados foi mensurado considerando a melhor estimativa da Administração.

i) Saída de caixa líquido na aquisição

Considerando que a CPFL Transmissão tinha um saldo de caixa em 14 de outubro de 2021 de R\$478.405 e que a contraprestação transferida foi de R\$2.670.000, a saída de caixa líquido na aquisição foi de R\$2.191.595.

j) Informações financeiras da adquirida

No período de três meses findos em 31 de dezembro de 2021, a CPFL Transmissão contribuiu com uma receita de R\$ 289.919 e lucro de R\$ 41.141 às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021, a Administração estima que a receita consolidada da CPFL Energia seria de R\$ 40.092.461 e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 5.131.461. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2021.

(11) ATIVO CONTRATUAL

	<u>Distribuição</u>	<u>Transmissão</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2021	1.826.598	4.859.407	6.686.005
Circulante	-	845.025	845.025
Não circulante	1.826.598	4.014.382	5.840.980
Adições	3.531.520	478.180	4.009.700
Transferência - intangível em serviço	(701.162)	-	(701.162)
Transferência - ativo financeiro	(1.850.157)	-	(1.850.157)
Atualização	-	232.161	232.161
Recebimento RAP	-	(28.345)	(28.345)
Combinação de negócios	-	17.565	17.565
Baixa e transferência - outros ativos	-	26.594	26.594
Saldo em 30/09/2022	2.806.799	5.585.561	8.392.360
Circulante	-	688.166	688.166
Não circulante	2.806.799	4.897.395	7.704.194

(12) FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	2.119	926.667
Suprimento de energia elétrica	1.803.149	2.064.676
Encargos de uso da rede elétrica	462.445	343.755
Materiais e serviços	776.729	759.070
Energia livre	180.568	175.432
Total	3.225.011	4.269.598
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	407.501	378.388
Materiais e serviços	21.571	29.694
Total	429.073	408.082

(13) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2022
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pré Fixado	8.268	-	(4.850)	123	-	(130)	3.411
Pós Fixado							
TJLP	452.301	-	(39.201)	27.161	-	(25.337)	414.924
IPCA	4.640.334	769.159	(191.789)	459.909	-	(186.506)	5.491.106
CDI	1.075.836	2.209.620	(2.182.400)	133.235	-	(108.603)	1.127.688
IGP-M	29.205	-	(13.366)	3.954	-	(1.680)	18.113
Subtotal	6.205.945	2.978.779	(2.431.606)	624.382	-	(322.256)	7.055.242
Mensuradas ao valor justo							
Pré Fixado	578.983	-	-	28.856	-	(29.879)	577.960
Marcação a mercado	(43.009)	-	-	5.744	-	-	(37.265)
Subtotal	535.975	-	-	34.600	-	(29.879)	540.695
Total moeda nacional	6.741.919	2.978.779	(2.431.606)	658.981	-	(352.135)	7.595.937
Gastos com captação	(47.032)	(6.747)	-	12.184	-	-	(41.595)
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao custo							
Dólar	649.363	-	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Subtotal	649.363	-	(583.635)	5.762	(25.982)	(45.508)	-
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	4.869.460	673.574	(550.357)	77.758	(136.008)	(79.719)	4.854.708
Euro	2.421.705	-	(524.832)	7.185	(368.369)	(7.716)	1.527.974
Marcação a mercado	(172.545)	-	-	(177.831)	-	-	(350.376)
Subtotal	7.118.620	673.574	(1.075.189)	(92.887)	(504.377)	(87.435)	6.032.306
Total moeda estrangeira	7.767.983	673.574	(1.658.824)	(87.125)	(530.359)	(132.944)	6.032.306
Total	14.462.869	3.645.607	(4.090.430)	584.040	(530.359)	(485.079)	13.586.647
Circulante	2.246.711						2.689.271
Não Circulante	12.216.158						10.897.376

Gastos com captação - Conforme IFRS 9/CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Durante o período de nove meses de 2022, foram liquidados antecipadamente R\$ 1.989.619 de notas comerciais, cujo os vencimentos originais eram até abril de 2024.

Adições no período:

Modalidade Empresa	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2022					
Moeda nacional							
IPCA - BNDES							
CPFL Paulista	312.596	62.521	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Paulista	1.002.912	200.587	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Santa Cruz	244.385	48.945	Trimestral Até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
RGE	353.019	70.607	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
RGE	1.132.601	226.532	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Piratininga	424.488	84.968	Trimestral	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,34%	Não se aplica
CPFL Renováveis - SPE Cheroibim	221.936	60.000	Trimestral	Mensal após 07/2024	Investimento	IPCA + 4,18%	Não se aplica
Transmissão Maracanaú	42.422	15.000	Trimestral	Mensal após 09/2022	Investimento	IPCA + 3,14%	Não se aplica
CDI - Notas comerciais							
CPFL Cone Sul	1.180.000	1.177.001	Semestral	Parcela única em Abril de 2023	Investimento	CDI + de 1,05% a 1,35%	Não se aplica
CPFL Paulista	650.000	647.685	Parcela única em outubro de 2024	Parcela única em outubro de 2024	Investimento	CDI + 0,96%	Não se aplica
CPFL Geração	379.620	378.186	Parcela única em outubro de 2024	Parcela única em outubro de 2024	Investimento	CDI + 0,96%	Não se aplica
Moeda estrangeira							
Lei 4131							
CPFL Piratininga	118.574	118.574	Semestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,81%	CDI + 1,22%
CPFL Renováveis	294.000	294.000	Semestral	Parcela única em março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,57%	CDI + 1,05%
CPFL Santa Cruz	89.000	89.000	Semestral	Parcela única em Março de 2025	Capital de Giro	USD + 2,74%	CDI+1,25%
CPFL Brasil	172.000	172.000	Semestral	Parcela única em Março de 2024	Capital de Giro	USD + 2,84% até 03/2023 após 2,92%	CDI+1,10%
	6.617.552	3.645.607					

As captações de 2022 são substancialmente garantidas através de fiança da CPFL Energia.

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas do Grupo exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

Os empréstimos e financiamentos contratados em 2022 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias da controlada

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,0.

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota explicativa 18 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(14) DEBÊNTURES

Modalidade	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 30/09/2022
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	5.145.242	2.294.000	(925.241)	577.943	(371.107)	6.720.837
IPCA	1.457.645	-	(614.673)	122.120	(72.805)	892.287
Total ao custo	6.602.887	2.294.000	(1.539.914)	700.062	(443.912)	7.613.124
Gastos com captação (*)	(50.188)	(6.229)	-	37.081	-	(19.336)
Mensuradas ao valor justo - pós fixado						
IPCA	1.539.051	982.000	-	144.500	(52.011)	2.613.539
Marcação a mercado	(138.748)	-	-	(133.081)	-	(271.829)
Total ao valor justo	1.400.303	982.000	-	11.419	(52.011)	2.341.711
Total	7.953.002	3.269.771	(1.539.914)	748.561	(495.923)	9.935.498
Circulante	1.788.125					2.672.009
Não Circulante	6.164.877					7.263.489

(*) Conforme IFRS 9/CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Adições no período:

Modalidade Empresa	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Encargo financeiro e taxa efetiva anual
		Liberado em 2022	Liberado líquido dos gastos de emissão			
Moeda nacional						
IPCA						
12ª Emissão - CPFL Geração	489.000	489.000	489.000	Semestral	3 Parcelas- Mai/29, Mai/30 e Mai/31	IPCA + 6,0265%
13ª Emissão - RGE	493.000	493.000	492.920	Semestral	2 Parcelas- Mai/28 e Mai/29	IPCA + 5,9853%
CDI						
11ª Emissão - CPFL Paulista	750.000	750.000	747.828	Semestral	2 Parcelas- Dez/27 e Dez/28	CDI + 1,59%
13ª Emissão - CPFL Piratininga	250.000	250.000	249.170	Semestral	2 Parcelas- Dez/27 e Dez/28	CDI + 1,59%
14ª Emissão - CPFL Piratininga	334.000	334.000	333.052	Semestral	1 Parcela - Fev/23, demais semestral - Mai e Nov de cada ano até 2029	CDI + 1,47%
1ª Emissão - CPFL Transmissão	960.000	960.000	957.801	Semestral	1ª série em Mai/27, 2ª série em 2 parcelas - Mai/28 e Mai/29	CDI + 1,34% e CDI + 1,47%
		3.276.000	3.269.771			

Os recursos captados serão destinados para investimento, financiamento da dívida e capital de giro.

Condições restritivas

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso.

As debêntures captadas em 2022 tem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas informações contábeis intermediárias consolidadas da CPFL Energia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

Para demais detalhes das condições restritivas consultar nota explicativa 19 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 30 de setembro de 2022, no entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas estão adequadamente atendidas.

(15) TAXAS REGULAMENTARES

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Compens. financ. pela utilização de rec. hídricos - CFURH	1.716	933
Reserva global de reversão - RGR	17.248	17.248
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	9.382	8.949
Conta de desenvolvimento energético - CDE	46.909	46.909
Bandeiras tarifárias e outros	11	477.927
Total	75.267	551.966

Bandeiras tarifárias e outros – O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021.

(16) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	149.463	210.896
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	38.849	77.517
Imposto de renda e contribuição social a recolher	188.312	288.412
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	91.854	669.830
Programa de integração social - PIS	32.900	23.340
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	153.363	111.933
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	-	7.606
Outros	81.444	74.156
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	359.561	886.864
Total Circulante	547.873	1.175.276
Não circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	226.957	214.430
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	20.551	18.173
Imposto de renda e contribuição social a recolher	247.508	232.603
ICMS a pagar	901	874
IRPJ/CSLL parcelamento	5.018	5.218
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	5.920	6.092
Total Não circulante	253.428	238.695

Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços – ICMS – a redução deve-se principalmente às alterações trazidas pela Lei Complementar 194/2022 aplicável para as empresas de distribuição de energia elétrica (redução da alíquota de ICMS sobre energia elétrica e não incidência do ICMS sobre serviços de transmissão e distribuição e encargos setoriais vinculados às operações com energia elétrica).

(17) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	30/09/2022		31/12/2021	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	467.587	176.449	435.822	150.788
Cíveis	434.701	45.086	416.029	45.319
Fiscais				
Imposto de renda e contribuição social	-	458.377	-	438.106
Outras	113.720	238.052	92.046	224.636
	113.720	696.429	92.046	662.742
Outros	92.692	615	91.467	131
Total	1.108.700	918.579	1.035.364	858.981

Perdas possíveis

Um dos principais temas se refere a discussões sobre a dedutibilidade para imposto de renda das despesas reconhecidas em 1997 referente à novação de dívida relativa ao plano de pensão dos funcionários da controlada CPFL Paulista perante a Fundação CESP (“Vivest”) no montante estimado de R\$ 1.565.675, havendo depósitos judiciais no valor de R\$ 25.481 e garantias financeiras (seguros e fianças bancárias) no valor total de R\$ 1.760.056, nos termos exigidos pela legislação processual, há discussão de juros que incidiram sobre depósito judicial levantado pela Companhia no montante de R\$ 279.632 e que se encontram depositados em juízo.

Em 2019, os recursos especiais dos principais processos foram julgados perante a Segunda Turma de Direito Público do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de maneira desfavorável para a controlada, cujas decisões foram objeto de recursos.

Em agosto de 2022 um dos casos se encerrou desfavoravelmente perante o STJ e foi remetido ao Superior Tribunal Federal (STF) para apreciação de Recurso Extraordinário. Em outubro de 2022 a Presidência do STF negou seguimento ao Recurso Extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. A CPFL apresentou recurso contra tal decisão para apreciação do órgão Colegiado do STF.

Adicionalmente, a controlada possui um recurso extraordinário em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2021. Foi proferida decisão monocrática, por um dos Ministros da Segunda Turma, negando provimento ao agravo e não admitindo o recurso extraordinário com base em aspectos formais e processuais, sem avaliação do mérito do caso. Referida decisão foi objeto de recurso para o Colegiado da Segunda Turma, cujo julgamento iniciou-se no dia 12 de agosto de 2022, e, após o voto do Ministro Edson Fachin negando provimento ao nosso recurso, o julgamento foi suspenso em razão do pedido de vista formulado pelo Ministro André Mendonça.

Com base no atual estágio de tramitação dos processos, tanto no STJ quanto no STF, e na opinião de seus assessores legais, a controlada permanece confiante nos fundamentos jurídicos apresentados e continuará os defendendo perante o Poder Judiciário, mantendo o prognóstico de risco de perda dos processos como possível, tendo no STF uma nova oportunidade de análise para o caso, focadamente constitucional, com robustos fundamentos, a indicar significativa viabilidade de êxito dos recursos extraordinários, bem como continuará tentando evitar possíveis saídas de caixa caso venha a ser requerida a substituir as garantias financeiras existentes por depósito em dinheiro.

(18) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	30/09/2022		31/12/2021	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
State Grid Brazil Power Participações S.A.	730.435.698	63,39%	730.435.698	63,39%
ESC Energia S.A.	234.086.204	20,32%	234.086.204	20,32%
Membros do Conselho de Administração	23.600	0,00%	163.600	0,01%
Membros da Diretoria Executiva	500	0,00%	2.300	0,00%
Demais acionistas	187.708.438	16,29%	187.566.638	16,28%
Total	1.152.254.440	100,00%	1.152.254.440	100,00%

Distribuição de dividendo

Na AGO de 28 de abril de 2022 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2021, através de declaração de dividendo no montante de R\$ 3.735.932.

No período de nove meses de 2022, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 1.903.774 referente a dividendos.

(19) LUCRO POR AÇÃO

	3° Trimestre 2022	9 meses 2022	3° Trimestre 2021	9 meses 2021
Numerador				
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.407.996	3.762.584	1.401.850	3.455.962
Denominador				
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	1.152.254.440	1.152.254.440	1.152.254.440	1.152.254.440
Lucro por ação	1,22	3,27	1,22	3,00

(20) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado			
	2022		2021	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de operações com energia elétrica				
Classe de consumidores				
Residencial	3.661.048	13.554.715	4.735.453	13.430.070
Industrial	1.004.808	3.199.262	1.239.265	3.451.695
Comercial	1.398.164	5.156.546	1.664.792	4.866.150
Rural	409.991	1.438.330	486.223	1.396.850
Poderes públicos	228.665	811.635	242.404	670.276
Iluminação pública	217.728	762.557	294.151	748.372
Serviço público	284.258	970.502	363.534	996.877
Fornecimento faturado	7.204.661	25.893.546	9.025.823	25.560.290
Fornecimento não faturado (líquido)	(130.239)	114.088	(63.182)	(149.932)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(3.428.253)	(11.202.320)	(3.707.593)	(11.052.815)
Fornecimento de energia elétrica	3.646.169	14.805.314	5.255.048	14.357.543
Furnas Centrais Elétricas S.A.	306.945	746.768	210.491	571.617
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	942.443	2.370.722	988.039	2.406.969
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	(40.094)	(122.223)	(36.149)	(107.202)
Energia elétrica de curto prazo	207.805	448.646	719.677	1.455.955
Suprimento de energia elétrica	1.417.099	3.443.913	1.882.058	4.327.339
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	3.468.347	11.324.543	3.743.742	11.160.016
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	1.248.380	3.900.505	1.246.890	3.593.089
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	(17.532)	(89.125)	(14.725)	(71.595)
Receita de construção da infraestrutura de concessão	1.559.174	3.868.035	797.838	2.164.696
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 7)	831.960	(428.265)	1.869.802	2.813.173
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 8)	(67.231)	676.497	271.195	752.069
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares	476.945	1.472.317	406.450	1.178.281
Outras receitas e rendas	681.343	1.647.948	207.994	578.890
Outras receitas operacionais	8.181.386	22.372.455	8.529.186	22.168.619
Total da receita operacional bruta	13.244.653	40.621.683	15.666.290	40.853.502
Deduções da receita operacional				
ICMS	(680.031)	(4.763.496)	(2.034.579)	(5.806.631)
PIS	(171.545)	(489.742)	(209.692)	(576.225)
COFINS	(788.639)	(2.254.623)	(965.742)	(2.657.273)
ISS	(9.186)	(25.459)	(6.764)	(19.400)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.414.364)	(4.306.807)	(880.570)	(2.805.795)
Programa de P & D e eficiência energética	(70.180)	(205.686)	(86.547)	(217.621)
PROINFA	(86.553)	(233.436)	(52.764)	(148.445)
Bandeiras tarifárias e outros	-	327.584	(225.047)	(292.041)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	(3.491)	(8.358)	(2.808)	(6.144)
Outros	(14.745)	(43.967)	(11.893)	(33.110)
	(3.238.733)	(12.003.989)	(4.476.406)	(12.562.686)
Receita operacional líquida	10.005.921	28.617.694	11.189.884	28.290.816

Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2022		2021	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Classe de consumidores				
Residencial	4.905	15.551	5.019	15.759
Industrial	2.087	6.179	2.656	7.826
Comercial	2.123	6.912	2.269	7.234
Rural	644	2.214	742	2.465
Poderes públicos	304	977	290	898
Iluminação pública	500	1.482	506	1.505
Serviço público	439	1.318	519	1.587
Fornecimento faturado	11.002	34.632	12.000	37.273
Consumo próprio	8	26	8	26
Fornecimento de energia elétrica	11.010	34.658	12.009	37.299
Furnas Centrais Elétricas S.A.	961	2.150	732	2.157
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	3.242	8.623	2.066	9.125
Energia elétrica de curto prazo	3.373	7.993	1.416	5.259
Suprimento de energia elétrica	7.576	18.766	4.214	16.541

Nº de consumidores	Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Classe de consumidores		
Residencial	9.304.933	9.093.780
Industrial	52.107	53.008
Comercial	526.392	518.701
Rural	332.742	358.887
Poderes públicos	65.127	63.654
Iluminação pública	10.361	10.105
Serviço público	11.208	11.055
Total	10.302.870	10.109.190

Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Distribuidora	Mês	2022		2021	
		RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)	RTA / RTP	Percepção do consumidor (a)
CPFL Paulista	Abril	12,77%	14,97%	17,62%	8,95%
CPFL Piratininga (b)	Outubro	21,07%	14,72%	14,78%	12,40%
RGE	Junho	8,72%	10,98%	15,23%	9,95%
CPFL Santa Cruz	Março	7,82%	8,83%	17,19%	9,95%

(b) Representa o efeito médio percebido pelo consumidor, em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste tarifário anterior.

(c) Conforme descrito na nota 27.3, em 18 de outubro de 2022 houve o RTA para a controlada CPFL Piratininga.

Em 13 de julho de 2022, a ANEEL publicou as Resoluções Homologatórias (“REH”) N 3.058 e 3059, relativa à revisão tarifária extraordinária - RTE, que reduziu as tarifas, sendo o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 2,44% e 2,32%, para CPFL Paulista e CPFL Santa Cruz, respectivamente.

(21) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	2022		2021	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	792.168	2.230.419	964.565	2.758.525
PROINFA	142.412	458.980	86.893	271.530
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	2.972.527	8.571.149	5.463.185	12.129.184
Crédito de PIS e COFINS	(349.544)	(997.642)	(587.057)	(1.349.725)
Subtotal	3.557.562	10.262.906	5.927.586	13.809.515
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica	867.738	2.222.183	654.405	2.181.061
Encargos de transporte de itaipu	79.008	208.085	54.107	224.049
Encargos de conexão	26.700	75.680	67.944	167.307
Encargos de uso do sistema de distribuição	19.693	56.123	17.176	48.061
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	10.294	515.846	282.962	840.436
Encargos de energia de reserva - EER	167.783	476.847	7.049	135.842
Crédito de PIS e COFINS	(115.488)	(350.338)	(98.828)	(328.441)
Subtotal	1.055.729	3.204.425	984.814	3.268.315
Total	4.613.291	13.467.331	6.912.400	17.077.830

	Consolidado			
	2022		2021	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Energia comprada para revenda - em GWh				
Energia de Itaipu Binacional	2.585	7.607	2.652	7.844
PROINFA	259	706	275	755
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	14.558	43.954	14.004	43.360
Total	17.402	52.267	16.931	51.959

(22) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre											
	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	354.546	265.314	-	-	46.844	42.947	98.826	89.187	-	-	500.216	397.448
Entidade de previdência privada	(16.692)	56.723	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.692)	56.723
Material	127.159	91.657	469	311	2.795	2.627	4.307	(1.882)	-	-	134.730	92.713
Serviços de terceiros	61.184	30.679	717	646	49.832	43.835	65.497	80.332	-	-	177.230	155.492
Custos com construção da infraestrutura	-	-	1.558.801	939.973	-	-	-	-	-	-	1.558.801	939.973
Outros	37.639	25.115	11	10	19.537	22.709	57.791	54.178	35.795	37.297	150.773	139.315
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	20.654	22.651	-	-	-	-	20.654	22.651
Arrendamentos e aluguéis	22.610	17.024	-	-	1	-	(721)	5.093	-	-	21.890	22.117
Publicidade e propaganda	7	-	-	-	-	-	7.695	4.445	-	-	7.702	4.445
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	59.834	58.015	-	-	59.834	58.015
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	46.880	35.098	46.880	35.098
Outros	15.023	8.096	11	10	(1.118)	59	(9.017)	(13.375)	(11.085)	2.199	(6.186)	(3.011)
Total	563.836	469.488	1.559.997	940.940	119.008	112.118	226.421	221.815	35.794	37.297	2.505.056	1.781.658

	9 meses											
	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Outras despesas Operacionais						Total	
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021		
Pessoal	1.068.512	773.250	-	-	135.524	122.628	284.181	248.898	-	-	1.488.217	1.144.776
Entidade de previdência privada	145.013	170.217	-	-	-	-	-	-	-	-	145.013	170.217
Material	345.622	244.636	1.312	965	9.020	7.232	10.360	(4.371)	-	-	366.314	248.462
Serviços de terceiros	129.622	112.799	2.153	2.068	145.122	128.590	207.388	218.280	-	-	484.285	461.737
Custos com construção da infraestrutura	-	-	3.863.250	2.299.976	-	-	-	-	-	-	3.863.250	2.299.976
Outros	110.011	80.645	46	65	64.081	69.567	211.393	134.935	99.741	114.717	485.272	399.935
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	63.570	69.314	-	-	-	-	63.570	69.314
Arrendamentos e aluguéis	66.436	49.257	-	-	1	-	5.193	16.151	-	-	71.630	65.408
Publicidade e propaganda	9	10	-	-	-	-	17.830	12.061	-	-	17.839	12.071
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	185.964	120.979	-	-	185.964	120.979
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	103.461	107.984	103.461	107.984
Outros	43.567	31.384	46	65	510	253	2.406	(14.256)	(3.720)	6.733	42.809	24.179
Total	1.798.779	1.381.545	3.866.760	2.303.073	353.746	328.017	713.322	597.741	99.741	114.717	6.832.348	4.725.094

Com a aprovação do saldamento do plano PSAP da controlada CPFL Piratininga pelo órgão regulador PREVIC na data-base de 31/05/2022, o plano deixou de receber novas contribuições mensais. Considerando as taxas de desconto na data-base determinada (taxa nominal de desconto de 9,41%), apurou-se uma receita atuarial de R\$ 75.490 que, juntamente com os efeitos de outros resultados abrangentes e pagamentos do período, reduzirá o passivo atuarial líquido da controlada e, conseqüentemente, do consolidado.

(23) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado			
	2022		2021	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	140.738	331.840	42.188	100.013
Acréscimos e multas moratórias	78.529	268.146	79.439	242.577
Atualização de créditos fiscais	187.428	459.145	42.676	106.810
Atualização de depósitos judiciais	18.619	53.442	6.536	13.780
Atualizações monetárias e cambiais	25.742	210.534	30.653	193.488
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	10.851	26.902	6.391	12.605
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 7)	111.451	368.757	35.336	47.654
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(26.200)	(72.328)	(23.396)	(47.359)
Outros	19.710	57.060	32.116	131.236
Total	566.868	1.703.499	251.939	800.803
Despesas				
Encargos de dívidas	(418.005)	(1.223.461)	(197.255)	(502.386)
Atualizações monetárias e cambiais	(321.875)	(1.170.020)	(170.570)	(430.464)
(-) Juros capitalizados	17.181	41.267	10.161	28.707
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 7)	(37.704)	(70.939)	-	-
Atualização de mútuo com a controladora (nota 25)	(95.003)	(244.711)	(36.854)	(80.427)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 6)	(149.945)	(415.169)	(18.389)	(32.634)
Outros	(41.206)	(180.806)	(28.439)	(103.307)
Total	(1.046.556)	(3.263.840)	(441.346)	(1.120.511)
Resultado financeiro	(479.688)	(1.560.341)	(189.407)	(319.708)

(24) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos do Grupo:

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Subtotal	Outros (*)	Eliminações	Total
9 meses de 2022									
Receita operacional líquida	23.598.620	2.017.149	1.164.394	1.704.936	132.552	28.617.652	42	-	28.617.694
(-) Vendas entre segmentos	7.851	904.197	308.835	14.717	650.635	1.886.236	-	(1.886.236)	-
Custo com energia elétrica	(12.549.040)	(392.693)	-	(1.764.016)	-	(14.705.749)	-	1.238.418	(13.467.331)
Custos e despesas operacionais	(5.872.128)	(403.135)	(760.741)	(40.292)	(621.058)	(7.697.354)	(28.284)	647.818	(7.077.819)
Depreciação e amortização	(776.332)	(552.074)	(54.842)	(3.431)	(27.592)	(1.414.272)	(47.324)	-	(1.461.596)
Resultado do serviço	4.408.971	1.573.443	657.647	(88.086)	134.537	6.686.513	(75.567)	-	6.610.946
Resultado de participações societárias	-	383.251	1.532	-	-	384.783	-	-	384.783
Receita financeira	1.372.073	120.431	171.846	23.545	9.559	1.697.454	22.148	(16.103)	1.703.499
Despesa financeira	(2.284.797)	(573.942)	(190.799)	(161.638)	(6.802)	(3.217.978)	(61.964)	16.103	(3.263.840)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	3.496.247	1.503.184	640.226	(226.179)	137.294	5.550.772	(115.383)	-	5.435.388
Imposto de renda e contribuição social	(1.239.918)	(226.108)	(125.621)	16.134	(34.420)	(1.609.934)	18.315	-	(1.591.618)
Lucro (prejuízo) líquido	2.256.329	1.277.075	514.605	(210.045)	102.874	3.940.838	(97.068)	-	3.843.770
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	3.487.337	162.344	478.931	4.240	29.794	4.162.645	846	-	4.163.491
9 meses de 2021									
Receita operacional líquida	24.200.767	2.044.993	95.035	1.856.883	92.173	28.289.851	965	-	28.290.816
(-) Vendas entre segmentos	7.381	794.488	16.951	8.975	528.937	1.356.732	-	(1.356.732)	-
Custo com energia elétrica	(15.749.383)	(308.869)	-	(1.847.060)	-	(17.905.312)	-	827.481	(17.077.830)
Custos e despesas operacionais	(4.413.500)	(351.993)	(208.375)	(42.720)	(475.680)	(5.492.268)	(22.271)	529.251	(4.985.288)
Depreciação e amortização	(683.548)	(530.799)	(1)	(2.979)	(24.373)	(1.241.700)	(47.348)	-	(1.289.048)
Resultado do serviço	3.361.716	1.647.820	(96.389)	(26.901)	121.056	5.007.303	(68.654)	-	4.938.650
Resultado de participações societárias	-	387.405	-	-	-	387.405	-	-	387.405
Receita financeira	605.275	97.383	1.813	89.949	4.830	799.249	26.359	(24.806)	800.803
Despesa financeira	(838.320)	(265.171)	(1.893)	(26.529)	(2.451)	(1.134.364)	(10.953)	24.806	(1.120.511)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	3.128.671	1.867.438	(96.468)	36.519	123.435	5.059.594	(53.247)	-	5.006.347
Imposto de renda e contribuição social	(1.070.337)	(306.052)	(7.344)	(16.427)	(31.474)	(1.431.634)	(51.626)	-	(1.483.260)
Lucro (prejuízo) líquido	2.058.334	1.561.386	(103.812)	20.092	91.961	3.627.960	(104.873)	-	3.523.087
Aquisições do ativo contratual, imobilizado e outros intangíveis	2.155.549	338.590	89.861	6.246	54.447	2.644.693	1.297	-	2.645.990

(25) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração total do pessoal-chave da administração no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) foi de R\$ 48.682 (R\$ 34.844 no período de nove meses de 2021). Este valor é composto por R\$ 47.494 referente a benefícios de curto prazo (R\$ 34.050 no período de nove meses de 2021), e R\$ 738 de benefícios pós-emprego (R\$ 979 no período de nove meses de 2021).

O saldo de mútuo ativo na controladora em 30 de setembro de 2022 no montante de R\$ 128.691 refere-se substancialmente ao mútuo efetuado com as controlas RGE e CPFL Serviços, com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado em até 107% do CDI (R\$ 168.943 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.722.804 (R\$ 2.518.150 em 31 de dezembro de 2021), refere-se substancialmente ao mútuo entre a controlada CPFL Renováveis e a controladora State Grid Brazil Power-SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1% a.a.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	9 meses de 2022	9 meses de 2021	9 meses de 2022	9 meses de 2021
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	30	21	260.032	266.231
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia consolidado)	3.880	1.560	155.502	194.426	35.114	36	1.074.072	1.057.345
Intangível, Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço								
Entidades sob o controle comum (Controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	13.510	7.724	-	-	46.254	14.244
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia consolidado)	238	168	-	-	3.769	5.060	-	-
Contrato de Mútuo								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	2.722.804	2.518.150	-	-	244.711	80.427
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio								
Empreendimentos controlados em conjunto (CPFL Energia consolidado)	163.231	133.623	-	-	-	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	3.339	2.336

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Grupo são como segue:

	Nota explicativa	Categoria / Mensuração	Nível (*)	Consolidado	
				30/09/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa		(a)	Nível 2	4.028.055	4.028.055
Títulos e valores mobiliários		(a)	Nível 1	284.075	284.075
Derivativos	26	(a)	Nível 2	553.115	553.115
Ativo financeiro da concessão	8	(a)	Nível 3	15.752.655	15.752.655
Total				20.617.900	20.617.900
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	(b)	Nível 2 (***)	7.013.647	7.017.569
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	13	(a)	Nível 2	6.573.001	6.573.001
Debêntures - principal e encargos	14	(b)	Nível 2 (***)	7.593.788	7.542.956
Debêntures - principal e encargos (**)	14	(a)	Nível 2	2.341.710	2.341.710
Derivativos	26	(a)	Nível 2	398.916	398.916
Total				23.921.062	23.874.153

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou ganho de R\$ 310.912 nos 9 meses de 2022 (ganho de R\$ 43.515 nos 9 meses de 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) arrendamentos, (iii) contas a receber – CDE, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, (vi) convênios de arrecadação, (vii) ativo financeiro setorial e (viii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) FNDCT/EPE/PROCEL, (vi) convênio de arrecadação, (vii) fundo de reversão, (viii) Contas a pagar de aquisição de negócios, (ix) descontos tarifários – CDE, (x) passivo financeiro setorial e (xi) mútuo entre coligadas, controladas e controladora.

Adicionalmente, não houve no período de nove meses de 2022 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Instrumentos derivativos

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 30/09/2022
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	1.509.491	(1.059.043)	239.507	689.955
Outros	(1.319)	1.714	161	556
Marcação a mercado (*)	(251.594)	(284.718)	-	(536.312)
Total	1.256.578	(1.342.047)	239.668	154.199
Ativo - circulante	357.350			212.534
Ativo - não circulante	990.491			340.581
Passivo - circulante	(5.067)			75.719
Passivo - não circulante	(86.196)			323.197

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2022 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 285.708 para as dívidas designadas a valor justo e (ii) ganho de R\$ 990 para outros derivativos.

b) Análise de sensibilidade**Variação cambial**

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(4.566.191)		(361.460)	870.452	2.102.365
Derivativos - swap plain vanilla	4.646.163		367.791	(885.697)	(2.139.186)
	79.972	baixa dólar	6.331	(15.245)	(36.821)
Instrumentos financeiros passivos	(1.466.115)		(157.786)	248.189	654.164
Derivativos - swap plain vanilla	1.481.303		159.421	(250.760)	(660.941)
	15.188	baixa euro	1.635	(2.571)	(6.777)
Total	95.160		7.966	(17.816)	(43.598)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			140	(338)	(817)
Efeitos no resultado do período			7.826	(17.478)	(42.781)

(a) A taxa de câmbio considerada em 30.09.2022 foi de R\$ 5,39 para o dólar e R\$ 5,27 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada R\$ 5,82 e R\$ 5,84 e a depreciação cambial de 7,9% e 10,8%, do dólar e do euro respectivamente em 30.09.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Variação das taxas de juros

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Consolidado		
					Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	4.350.688				592.999	741.248	889.498
Instrumentos financeiros passivos	(10.571.329)				(1.440.872)	(1.801.090)	(2.161.308)
Derivativos - swap plain vanilla	(9.081.529)				(1.237.812)	(1.547.266)	(1.856.719)
	(15.302.170)	alta CDI	13,65%	13,63%	(2.085.685)	(2.607.108)	(3.128.529)
Instrumentos financeiros passivos	(186.020)				(9.617)	(12.022)	(14.426)
	(186.020)	alta IGP-M	8,25%	5,17%	(9.617)	(12.022)	(14.426)
Instrumentos financeiros passivos	(414.924)				(29.086)	(36.358)	(43.629)
	(414.924)	alta TJLP	6,31%	7,01%	(29.086)	(36.358)	(43.629)
Instrumentos financeiros passivos	(8.725.104)				(479.881)	(359.911)	(239.940)
Derivativos - swap plain vanilla	2.558.733				140.730	105.548	70.365
Instrumentos financeiros ativos	15.811.775				869.648	652.236	434.824
	9.645.404	baixa IPCA	7,17%	5,50%	530.497	397.873	265.249
Ativos e passivos financeiros setoriais	(532.761)				(72.615)	(54.461)	(36.308)
	(532.761)	alta SELIC	13,65%	13,63%	(72.615)	(54.461)	(36.308)
Total	(6.790.471)				(1.666.506)	(2.312.076)	(2.957.643)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

(27) FATOS RELEVANTES E EVENTOS SUBSEQUENTES**27.1 Aquisição de ações da Campos Novos Energia S.A. (“Enercan”)**

Em 29 de julho de 2022 ocorreu o leilão de privatização do controle da CEEE-G, no contexto de desestatização das empresas do Grupo CEEE pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Dentre os investimentos que a CEEE-G detinha, destaca-se o percentual de 6,51% de participação na Campos Novos Energia S.A. (“Enercan”).

Conforme Acordo de Acionistas da ENERCAN, em caso de venda de participação por qualquer acionista, deve ser concedido direito de preferência aos demais acionistas da própria ENERCAN. Diante disso, considerando a privatização da CEEE-G, através de Fato Relevante de 6 de setembro de 2022 a CPFL Energia (através de sua controlada CPFL Geração) manifestou o seu Direito de Preferência na aquisição das ações da Enercan.

Em 23 de setembro foi concedida anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e, em 1 de novembro de 2022, a transação foi certificada pelo Conselho Administrativo de Defesa Pública – CADE.

É esperado que em novembro de 2022, a CPFL Energia, por meio da CPFL Geração, conclua a aquisição de 3,39% do capital social da Enercan pelo montante de R\$50.464. Nesse momento, a titularidade das ações será transferida para a CPFL Geração e o pagamento será efetuado, o que, no entendimento da administração (este baseado no Acordo de Acionistas e no Estatuto Social da adquirida), resultará em uma combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3, uma vez que a CPFL Geração passará a deter o controle sobre a Enercan.

Sob a perspectiva do Grupo, a operação representa uma oportunidade de agregar valor através do aumento de participação em um ativo já conhecido com governança e acompanhamento recorrentes dentro do grupo.

A CPFL Geração passará a deter participação acionária de 52,11% (anteriormente 48,72%, anteriormente controlada em conjunto, registrada por equivalência patrimonial até a data de troca de controle) sobre a Enercan, cujo objeto e principal atividade operacional é a construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica Campos Novos ("UHE Campos Novos"), localizada no rio Canoas entre os municípios de Campos Novos e Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, e do Sistema de Transmissão Associado. O término da concessão está previsto para 06 de janeiro de 2039.

A sede administrativa da Enercan está localizada na Rua Lauro Linhares, nº 2010, Ed. Comercial São Francisco, Bloco B, Sala 101, bairro Trindade, Florianópolis, estado de Santa Catarina, sendo uma sociedade anônima de capital fechado controlada em conjunto até o momento da transferência das ações para a CPFL Geração.

A Enercan possui uma usina de geração de energia elétrica com potência instalada de 880 MW médios, explorada através de um contrato de concessão para exploração dos serviços públicos de geração de energia elétrica:

- Contrato de Concessão nº 43/200: outorgado em 29 de maio de 2000 pela União, prevê o direito de exploração à Enercan pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado a depender de aprovação do órgão regulador. Em novembro de 2021, a Companhia assinou os termos de aceitação de prazo de extensão de outorga de acordo com a Lei 14.052/2020 e resoluções homologatórias 2.919/21 e 2.932/21, como resultado o seu prazo de concessão foi estendido em 1.318 dias, o novo prazo de encerramento de concessão será 06/01/2039.

a) Contraprestação a ser transferida

A contraprestação a ser transferida é de R\$50.464, paga em caixa, em parcela única, na data de aquisição. Esta contraprestação não sofrerá nenhum tipo de reajuste, por exemplo, por variações de capital de giro e de dívida líquida. Além disso, não há contraprestações contingentes nesta transação.

b) Ativos a serem adquiridos, passivos a serem reconhecidos e participação de não controladores na data da aquisição

A divulgação requerida referente aos valores justos apurados não pode ser apresentada nesta informação contábil intermediária, pois a contabilização inicial não está disponível até a data de publicação destas informações contábeis intermediárias, dado que os valores justos a serem considerados devem ser preparados a partir da data de aquisição da operação. A Administração está trabalhando na alocação do preço a ser pago e nos desdobramentos contábeis decorrentes da aquisição de controle, mas considerando a complexidade envolvida no processo de mensuração dos valores justos, estes valores serão confirmados após a conclusão de laudo de avaliação a ser preparado por avaliador independente por meio de emissão de laudo de avaliação econômico-financeiro. A expectativa da Administração é de que o laudo esteja finalizado até novembro de 2023.

Adicionalmente, nenhum ajuste de valores justos de ativos e passivos foi reconhecido no período destas informações contábeis intermediárias.

c) Contraprestação contingente

Não consta no acordo qualquer cláusula relacionada a contraprestação contingente a ser paga a vendedora.

d) Ativos de indenização

O acordo não prevê quaisquer situações em que a CPFL Geração possa ser indenizada.

e) Movimentação de caixa na aquisição

Considerando que a Enercan tinha um saldo de caixa em 01 de novembro de 2022 (possível data do balanço de abertura para fins de combinação de negócios) de R\$147.351 e que a contraprestação a ser transferida será de R\$50.464, a movimentação de caixa líquido na aquisição será um aumento de caixa, no consolidado, de R\$96.887.

f) Receita operacional líquida e lucro líquido da controlada a ser adquirida incluída nas demonstrações financeiras consolidadas

Considerando que a data de aquisição será em novembro de 2022, não foram registrados montantes de receitas, despesas, ativos e passivos nessas informações contábeis intermediárias.

27.2 Oferta pública de aquisição de ações “OPA” da CPFL Transmissão

Em 19 de outubro de 2022 a Companhia informou através de fato relevante a divulgação do edital com os termos e condições da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (“CPFL Transmissão”), a ser realizada pela sua controlada indireta CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda., para conversão de registro de companhia aberta da CPFL Transmissão como emissora de valores mobiliários, da categoria “A” para a categoria “B” (“OPA”).

O registro da OPA e a autorização para sua realização foram concedidos pela CVM por meio do Ofício nº 528/2022/CVM/SER/GER-1 de 10 de outubro de 2022.

Conforme indicado no Edital, o leilão da OPA será realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no dia 18 de novembro de 2022.

Os locais onde os documentos relacionados à OPA, incluindo o Edital, estão disponíveis para consulta podem sem encontrados no próprio fato relevante, arquivado na CVM.

27.3 Reajuste tarifário anual da CPFL Piratininga

Em 18 de outubro de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.128, relativo ao resultado do RTA de 2022, que fixou o reajuste médio das tarifas da controlada, com vigência de 23 de outubro de 2022 a 22 de outubro de 2023, em +21,07%, sendo +16,50% referentes ao reajuste tarifário econômico e +4,57% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de +14,72%.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Daobiao Chen Presidente	
Yuehui Pan Zhao Yumeng	Gustavo Estrella Antonio Kandir Conselheiros	Marcelo Amaral Moraes Liu Yanli

DIRETORIA

GUSTAVO ESTRELLA

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Vice-Presidente Financeiro
e de Relações com Investidores

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Vice-Presidente
de Gestão Empresarial

FUTAO HUANG

Vice-Presidente Executivo Sênior
Diretor Vice-Presidente de Estratégia,
Inovação e Excelência de Negócios

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Diretor Vice-Presidente de Operações Reguladas

KARIN REGINA LUCHESI

Diretora Vice-Presidente de Operações de Mercado

GUSTAVO PINTO GACHINEIRO

Diretor Vice-Presidente Jurídico e
de Relações Institucionais

VITOR FAGALI

Diretor Vice-Presidente de
Desenvolvimento de Negócios

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SERGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192767/O-6

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

CPFL Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da CPFL Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações

trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As Informações Trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e resultado abrangente dos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2021, e às mutações do patrimônio líquido, aos fluxos de caixa e ao valor adicionado do período findo em 30 de setembro de 2021, obtidas das Informações Trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 30 de setembro de 2021 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de novembro de 2021 e 17 de março de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 7 de novembro de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **CPFL Energia S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.429.144/0001-93, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PwC Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **CPFL Energia S.A.** de 30 de setembro de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **CPFL Energia S.A.** de 30 de setembro de 2022.

Campinas, 07 de novembro de 2022.

STATEMENT

In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officers and the officers of **CPFL Energia S.A.**, a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcília – CEP: 13087-397, Campinas, Estado de São Paulo - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 02.429.144/0001-93, hereby stated that:

a) they have reviewed, discussed and agree with the opinions expressed in the opinion of PwC Auditores Independentes on the financial statements of **CPFL Energia S.A.**, of September 30, 2022;

b) they have reviewed, discussed and agree with the financial statements of **CPFL Energia S.A.**, of September 30, 2022.

Campinas, November 07, 2022.

Sergio Luis Felice

Diretor de Contabilidade
Chief Accounting Officer
CT CRC: 1SP192.767/O-6
CPF: 119.410.838-54

Yuehui Pan

Diretor Vice-Presidente
Financeiro e de Relações com
Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

Gustavo Estrella

Diretor Presidente
Chief Executive Officer